UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

**A COMPREENSIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E SUA RELAÇÃO
COM OS CUSTOS DE TRANSAÇÃO SOB A ÓPTICA DOS PROFISSIONAIS DE
INVESTIMENTO**

Roberto Bomgiovani Cazzari

Orientador:

Prof. Dr. Luiz Paulo Lopes Fávero

SÃO PAULO

2012

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Jr
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dra. Silvia Pereira de Castro Casa Nova
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

ROBERTO BOMGIOVANI CAZZARI

**A COMPREENSIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E SUA RELAÇÃO
COM OS CUSTOS DE TRANSAÇÃO SOB A ÓPTICA DOS PROFISSIONAIS DE
INVESTIMENTO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Lopes Fávero

Versão Corrigida

(versão original disponível na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade)

SÃO PAULO

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Cazzari, Roberto Bomgiovani

A compreensibilidade das informações contábeis e sua relação com os custos de transação sob a óptica dos profissionais de investimento / Roberto Bomgiovani Cazzari.-- São Paulo, 2012.

96 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2013.

Orientador:Luiz Paulo Lopes Fávero.

1. Contabilidade 2. Contabilidade financeira 3. Contabilidade societária4. Finanças I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.II. Título.

CDD – 657

A todos que acreditaram em mim.

Antes de tudo, gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos a todo o suporte familiar que obtive durante todos esses anos, seja em termos emocionais ou financeiros.

Por isso, agradeço publicamente a minha mãe, avó, primo e avô (*in memoriam*) por ajudarem a me fazer um homem ético e consciente.

Também não posso de deixar agradecer meu pai pelo suporte financeiro que obtive.

Em termos acadêmicos, agradeço à Fundação Bradesco, por ter me ajudado a construir minha erudição acadêmica durante o Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

Gostaria de fazer meus sinceros agradecimentos à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) por ter me fornecido às bases teóricas suficientes para me tornar um pesquisador, um cientista.

Em especial, faço uma menção honrosa ao meu Professor Orientador Doutor Luiz Paulo Lopes Fávero por ter sido um “pai” e amigo no decorrer da minha dissertação e ter me ajudado nos momentos de maior insegurança. A sua opinião e dedicação é extremamente importante para mim. Muito obrigado!

Também gostaria de agradecer à Professora Doutora Lucy Sousa por ter me recebido tão bem quando de minha visita à APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais). A senhora foi essencial para que esta dissertação ganhasse corpo. Muito obrigado a todos da APIMEC pela atenção recebida.

Gostaria ainda de agradecer também ao Professor Doutor Masayuki Nakagawa por ter me recebido cordialmente para debater um tema que tanto me encanta. Muito obrigado pelo cavalheirismo e competência com que fui recebido.

Finalizo agradecendo a todos os profissionais da FEA/USP por terem colaborado durante todo esse período, especialmente a secretaria do Programa de Mestrado e Doutorado em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP.

Faço aqui meus agradecimentos a todos os demais que foram meus professores desde os meus tempos de aluno de graduação da FEA/USP:

Alexandre Di Miceli da Silveira;
Alexsandro Broedel Lopes;
Ariovaldo dos Santos;
Bruno Meirelles Salotti;
Carlos Alberto Pereira;
Diogo Toledo do Nascimento;
Edgard Bruno Cornachione Junior;
Fábio Frezatti;
Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima;
Gilberto de Andrade Martins;
Iran Siqueira Lima;
Jerônimo Antunes;
Joanilia Neide de Sales Cia;
João Domiraci Paccez;
Lucas Ayres Barreira de Campos Barros;
Luciane Reginato;
Luis Eduardo Afonso;
Luiz Jurandir Simões de Araújo;
Luiz Nelson Guedes de Carvalho;
Marina Mitiyo Yamamoto;
Massanori Monobe;
Nahor Plácido Lisboa;
Reinaldo Guerreiro;
Roberta Carvalho de Alencar;
Roberto Fernandes dos Santos;
Silvia Pereira de Castro Casa Nova;
Tania Regina Sordi Relvas;
Valmor Slomski;
Wellington Rocha.

Muito Obrigado!

**“Todos somos iguais, mas alguns são
mais iguais que outros”**

George Orwell

RESUMO

Essa dissertação foi desenvolvida com o objetivo de responder ao seguinte problema de pesquisa: há indícios de que notas explicativas das demonstrações financeiras que sejam menos compreensíveis, na visão de profissionais de investimento, conduzem a custos de transação maiores no estabelecimento de contratos? Por custos de transação, entendem-se aqueles referentes à coleta de informações, os custos de negociação e os de estabelecimento de contratos (COASE, 1991). Uma informação de difícil compreensibilidade, portanto, seria um catalisador de novos custos de transação, trazendo ineficiências no estabelecimento de contratos futuros. Para atingir os objetivos desejados, foram distribuídos questionários aos profissionais de investimento no 22º Congresso APIMEC que foi realizado nos dias 30 a 31 de agosto de 2012. Do total de participantes, 54 pessoas responderam o mesmo. De modo geral, verificou-se que sob a situação de tempo escasso e um grande custo de decodificação das notas explicativas, o que aumenta os custos de transação, pode-se conjecturar que algumas análises estejam sendo feitas de modo ineficiente, o que poderia conduzir a ineficiências no estabelecimento de contratos futuros. Verificou-se também que há indícios de que há excesso de informações e não falta das mesmas, o que conduziria a problemas de informação imperfeita e não de informação incompleta (LOPES, 2008).

Palavras-chave: Compreensibilidade, Custos de Transação, Informação Imperfeita

ABSTRACT

This dissertation was developed in order to answer the following research problem: Is there evidence that the explanatory notes in the financial statements that are less understandable, by the investment professionals point of view, lead to higher transaction costs in establishing contracts? For transaction costs, we understood those that are related to information collection, the costs of negotiating and establishing contracts (COASE, 1991). A difficult understandability of information would therefore be a catalyst of new transaction costs, bringing inefficiencies in establishing future contracts. To achieve the desired goals, questionnaires were distributed to investment professionals in 22^o Congresso Apimec that was held on 30 to 31 August 2012. Of all participants, 54 people responded it. In general, it was found that under the situation of limited time and a large cost to decode the notes, which increases transaction costs, it can be conjectured that some analyzes are being done inefficiently, which might lead inefficiencies in the establishment of futures contracts. It was also found that there is evidence that there is too much information and not lack of them, which would lead to problems of imperfect information and not incomplete information (LOPES, 2008).

Keywords: Understandability, Transaction Costs, Imperfect Information

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	03
LISTA DE TABELAS.....	04
LISTA DE GRÁFICOS.....	05
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	06
1 INTRODUÇÃO.....	07
2 QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS.....	09
2.1 Problemática e Questão de Pesquisa.....	09
2.2 Objetivos da Pesquisa.....	11
2.3 Justificativa da Pesquisa.....	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1 Considerações Iniciais.....	13
3.2 A Quem se Destinam as Demonstrações Contábeis?.....	14
3.2.1 Momento Anterior.....	14
3.2.2 Projeto de Convergência FASB/IASB – Momento Atual.....	16
3.3 A Compreensibilidade como Característica Qualitativa.....	20
3.3.1 Momento Anterior.....	20
3.3.1.1 Estrutura Conceitual CPC/IASB.....	20
3.3.1.2 Posição do FASB.....	22
3.3.2 Projeto de Convergência FASB/IASB – Momento Atual.....	23
3.4 Informação Incompleta, Informação Imperfeita e a Teoria Contratual da Firma.....	25
3.5 Teorias da Semiótica e da Comunicação.....	26
3.6 Análise do Discurso e Contabilidade.....	29
4 METODOLOGIA.....	33
4.1 Considerações Iniciais.....	33
4.2 Pólo Epistemológico.....	33
4.3 Pólo Teórico.....	35
4.4 Pólo Metodológico.....	36
4.5 Pólo Técnico.....	41
4.5.1 Considerações Iniciais.....	41
4.5.2 Questionário Aplicado.....	44
4.5.2.1 Aspectos Introdutórios	44

4.5.2.2 Análise Crítica do Questionário.....	45
4.5.3 Considerações sobre a modelagem matemática da ANACOR e sua aplicação..	47
4.5.4 Considerações sobre a Análise de Homogeneidade (HOMALS).....	52
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	54
5.1 Considerações Iniciais sobre a Amostra Obtida.....	54
5.2. Análise descritiva das frequências.....	54
5.2.1 Perfil dos Respondentes.....	54
5.2.1.1 Por Sexo.....	54
5.2.1.2 Por Faixa Etária.....	55
5.2.1.3 Por Formação.....	55
5.2.1.4 Por Profissão.....	56
5.2.2 Análise descritiva das questões relacionadas ao projeto de pesquisa.....	56
5.2.2.1 Questão 5.....	57
5.2.2.2 Questão 6.....	57
5.2.2.3 Questão 7.....	58
5.2.2.4. Questão 8.....	59
5.2.2.5 Questão 9.....	60
5.3 ANACOR e HOMALS.....	62
5.3.1 Sexo com Questão 5 – ANACOR.....	64
5.3.2 Idade com Questão 5 – ANACOR.....	64
5.2.3 Questão 5 com Questão 6 – ANACOR.....	67
5.2.4 Questão 5 com Questão 9 – ANACOR.....	72
5.2.5 Questão 6 com Questão 9 – ANACOR.....	75
5.3.6 HOMALS.....	78
5.4 Análise de Conteúdo.....	82
6 CONCLUSÕES.....	84
7 REFERÊNCIAS.....	86
LISTA DE APÊNDICES.....	93
APÊNDICES.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIMEC: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

ANACOR: Análise de Correspondência

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

FASB: Financial Accounting Standards Board

FEA/USP: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

HOMALS: Análise de Homogeneidade

IASB: International Accounting Standards Board

IASC: International Accounting Standards Committee

SFAC: Statement of Financial Accounting Concepts

SPSS: Statiscal Package for Social Science

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da construção da Estrutura Conceitual FASB/IASB.....	16
Tabela 2 - Variáveis a serem mensuradas no questionário.....	46
Tabela 3 - Percentual dos respondentes em termos de seu sexo.....	55
Tabela 4 - Percentual dos respondentes em termos de sua faixa etária.....	55
Tabela 5 - Percentual dos respondentes em termos de sua formação.....	56
Tabela 6 - Percentual dos respondentes em termos de sua profissão.....	56
Tabela 7 - Frequências observadas na Questão 5.....	57
Tabela 8 - Frequências observadas na Questão 6.....	58
Tabela 9 - Frequências observadas na Questão 7.....	58
Tabela 10 - Frequências observadas na Questão 8.....	59
Tabela 11 - Frequências observadas na Questão 9.....	61
Tabela 12 - Estatística Qui-quadrado.....	62
Tabela 13 - Sexo com Questão 5 – Contribuição a Inércia da Dimensão.....	64
Tabela 14 - Idade com Questão 5 – Escores das Linhas.....	65
Tabela 15: Idade com Questão 5 – Escores das Colunas.....	66
Tabela 16 - Questão 5 com Questão 6 – Escores das Linhas.....	68
Tabela 17 - Questão 5 com Questão 6 – Escores das Colunas.....	69
Tabela 18 - Tabela de Contingência em frequência absoluta- Questão 5 com Questão 6.....	71
Tabela 19 - Questão 5 com Questão 9 – Escores das Linhas.....	72
Tabela 20 - Questão 5 com Questão 9 – Escores das Colunas.....	73
Tabela 21 - Questão 6 com Questão 9 – Escores das Linhas.....	75
Tabela 22 - Questão 6 com Questão 9 – Escores das Colunas.....	76
Tabela 23 - Medidas de Discriminação.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade com Questão 5 – Mapa Perceptual.....	67
Gráfico 2 - Questão 5 com Questão 6 – Mapa Perceptual.....	70
Gráfico 3 - Questão 5 com Questão 9 – Mapa Perceptual.....	74
Gráfico 4 - Questão 6 com Questão 9 – Mapa Perceptual.....	77
Gráfico 5 - Mapa Perceptual da HOMALS pelo Número do Respondente.....	79
Gráfico 6 - Mapa Perceptual da HOMALS pelo Sexo.....	80
Gráfico 7 - Mapa Perceptual da HOMALS pela Idade.....	80
Gráfico 8 - Mapa Perceptual da HOMALS pela Formação.....	81
Gráfico 9 - Mapa Perceptual da HOMALS pela Profissão.....	81

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Hierarquia das Características Qualitativas da Informação Contábil- FASB..	23
Ilustração 2 - Sistemas Dinâmicos.....	28
Ilustração 3 - Sistemas Dinâmicos e o Processo Semiótico Triádico.....	28
Ilustração 4 - Método Científico Indutivo-Confirmável.....	37
Ilustração 5 - Método Científico Hipotético-Dedutivo.....	40

1 INTRODUÇÃO

Segundo Iudícibus (2007, p. 32), o ponto de partida para o estudo da teoria de uma ciência social como a contabilidade é estabelecer seus objetivos. Nesse âmbito, o referido autor comenta que o objetivo principal da mesma é fornecer informação econômica, física, de produtividade e social relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança.

Adicionalmente, não parece haver dúvidas de que a contabilidade possa ser entendida como uma linguagem de negócios. Diversos autores já abordaram o tema. Dentre eles, podemos citar alguns exemplos como Guthrie (1972), Haried (1972), Oliver (1974), Horngreen (1974), Ijiri (1975), Adelberg (1979), Riahi-Belkaoui (1995), Dias Filho (2000), e Gouveia (2010).

Assim sendo, levando em consideração que a comunicação é um ato social, surgem questões que dizem respeito à compreensibilidade da informação contábil por parte dos diferentes usuários. A compreensão da informação contábil é um fenômeno que não pode ser apreendido de maneira absoluta. Explicando tal posicionamento, Verhaeghe *et al.* (2010, p. 45), citando J.-M. Van der Maren (1995), observa que

não é somente a percepção das situações ou dos atos dos parceiros que desencadeia o comportamento. Os fatores que intervêm são antes as significações atribuídas, as intenções postuladas, as interpretações projetadas sobre os comportamentos e sobre os comportamentos percebidos.

Verhaeghe *et al.* (2010, p. 46), explicando a abordagem weberiana, também explana que não podemos nos contentar em observar exteriormente o ator social, nem tampouco extrair uma significação que seria considerada “verdadeira” e única. O autor explicita que para Weber, em toda atividade social há intencionalidade. Logo, ao invés de estabelecer uma relação unívoca de causalidade, Weber propõe adotar uma concepção “compreensiva”, ou seja, explicar um fenômeno a partir das intenções e dos móveis dos atores implicados. Essa dissertação não abandonou o exercício de relacionar as variáveis. Contudo, a mesma também considerou as intenções e os móveis dos atores implicados.

Ser compreensível é uma qualidade de difícil apreensão. Para os órgãos que normatizam a contabilidade societária, sequer há consenso se a compreensibilidade é uma característica intrínseca a informação ou se é um atributo do usuário. Logo, apreender esse fenômeno de maneira estritamente empirista pode não atingir os meandros que permeiam o debate, já que para o empirista, a ciência explica apenas a face observável da realidade, ou a superfície dos fenômenos (MARTINS e THEÓPHILO, 2007, p. 40). Com isso, essa dissertação buscou tentar compreender os significados dos achados, não se limitando unicamente em descrevê-los.

Tendo em vista esses aspectos, essa dissertação foi desenvolvida buscando avaliar o fenômeno da compreensibilidade das informações contábeis por parte dos profissionais de investimento. A justificativa, os objetivos e a metodologia devidamente detalhados encontram-se nas próximas seções dessa dissertação.

2 QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS

2.1 Problemática e Questão de Pesquisa

Segundo Kerlinger (1991, p. 35), em sentido geral, um problema é uma questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, decisão ou solução. Indubitavelmente, discutir como a informação contábil é compreendida é uma questão que atende esses requisitos. Entretanto, é essencial que a mesma seja mais bem delimitada para que o trabalho científico possa ser mais bem desenvolvido.

O que é ser compreensível varia de ator social para ator social. Não se pode generalizar acreditando que há um modo unívoco de vislumbrar o que é ser compreensível. Assim sendo, uma das primeiras perguntas que deve direcionar o desenvolvimento do trabalho é: o que significa ser compreensível para os diferentes atores sociais? Na dificuldade de atingir diretamente cada ator social, é preferível que se escolha uma classe de usuários das informações contábeis, selecionando uma determinada amostra do mesmo para que façamos inferências sobre o comportamento populacional. Evidentemente que seria mais vantajoso abordar cada ator social. Entretanto, por limitações de tempo e custo, isso seria inviável.

Para tanto, inicialmente foram definidos os usuários que foram investigados. Os profissionais de investimento são um grupo de usuários de grande importância a qual se destinam as informações contábeis. Segundo a *homepage* da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC),

Os profissionais típicos de investimento são pessoas formadas em administração de empresas, economia, ciências contábeis, engenharia ou direito, que trabalham em instituições financeiras, *asset management companies*, seguradoras, fundos de pensão e empresas de consultoria. Regra geral, são analistas de valores mobiliários, administradores de portfolio, analistas de *project finance*, gerentes de *corporate finance*, gerentes de *underwriting* de renda fixa e variável, *business planning* e profissionais de direção das instituições para as quais trabalham.

Como se verifica, são potenciais usuários das informações financeiras que são divulgadas. Não obstante, não há dúvidas de que os mesmos podem influenciar outros atores sociais com suas opiniões emitidas por meio de várias técnicas, dentre elas, as análises fundamentalistas que fazem uso das demonstrações contábeis.

Partindo-se do pressuposto de que as notas explicativas se configuram como um importante instrumento para representar a fidedigna posição econômica, financeira e patrimonial da entidade, na medida em que elas permitem o detalhamento de pontos que seriam de impossível observação sem o uso das mesmas e a crescente importância destas nos relatórios financeiros, surge a seguinte questão de pesquisa: **“Há indícios de que notas explicativas das demonstrações financeiras que sejam menos compreensíveis, na visão de profissionais de investimento, conduzem a custos de transação maiores no estabelecimento de contratos?”**.

Kerlinger (1991, p. 35) explica que um problema é uma questão que pergunta como as variáveis estão relacionadas. Segundo o mesmo autor, uma hipótese é um enunciado conjectural das relações entre duas ou mais variáveis. Logo, para a questão de trabalho, depreende-se a seguinte hipótese conjectural a partir da questão de pesquisa:

“Há indícios de que notas explicativas das demonstrações financeiras que sejam menos compreensíveis, na visão de analistas de mercado de capitais, conduzem a custos de transação maiores no estabelecimento de contratos”.

Segundo Coase (1991), os custos de transação são os custos de coletar informações, os custos de negociação e os de estabelecimento de contratos. Uma informação de difícil compreensibilidade, portanto, seria um catalisador de novos custos de transação, trazendo ineficiências no estabelecimento de contratos. Para Coase (1937), as firmas nasceriam da necessidade de minimização de custos de transação. Se a contabilidade pode ser entendida como uma linguagem de negócios, a dificuldade de compreensão dos usuários conduziria a contratos menos eficientes. Assim sendo, como profissionais de investimento interferem nas expectativas de agentes de mercado, a dificuldade de compreensão das informações contábeis, por partes destes, poderia influenciar em seus pareceres, interferindo nas expectativas dos participantes de mercado e consequentemente no estabelecimento de novos contratos.

Para que haja um melhor entendimento desse ponto, é essencial que seja discutido o papel da contabilidade dentro da teoria contratual da firma. Lopes (2008, p. 176), citando trabalho de Sunder (1997), explica que a contabilidade possui cinco funções na coordenação dos vários contratos existentes entre os agentes ligados às empresas. Seriam estes:

- Mensurar a contribuição de cada um dos participantes nos contratos;
- Mensurar a fatia que cada um dos participantes tem direito do resultado da empresa;
- Informar os participantes a respeito do grau de sucesso no cumprimento dos contratos;
- Distribuir informação para todos os potenciais participantes em contratos com a empresa para manter a liquidez de seus fatores de produção;
- Distribuir algumas informações como conhecimento comum para reduzir o custo da negociação dos contratos.

Esse último ponto está diretamente associado à questão de pesquisa que essa dissertação investigou. Para tanto, convém analisar um exemplo para que esta fique mais clara. Suponha que determinado profissional de investimento trabalhe para uma corretora emitindo pareceres sobre compra ou não de um determinado valor mobiliário. Se o custo que o mesmo incorrer para coletar a informação for elevado, pode ser que ele interfira no estabelecimento de contratos futuros, fazendo com que estes sejam tomados de forma ineficiente e gerando externalidades negativas. No exemplo tomado, se ele possuir exatos 15 minutos para decidir se ele recomenda a compra ou venda de um título mobiliário num parecer e isto envolver a análise das notas explicativas das demonstrações financeiras da companhia, pode ser que o tempo seja demasiadamente escasso para que uma análise acurada seja feita. Logo, ao fazer sua recomendação, a mesma poderia promover ineficiência nos arranjos dos contratos futuros. Para entender esse ponto, basta assumir que um leitor do parecer poderia ser influenciado pela recomendação e fechar um contrato através da compra do referido papel.

2.2 Objetivos da Pesquisa

A dissertação desenvolvida buscou atingir os seguintes objetivos:

- Definir o que faz uma nota explicativa ser compreensível na visão de profissionais de investimento;
- Definir quais são as variáveis que interferem na compreensibilidade das notas explicativas;
- Verificar se os profissionais de investimento consideram as notas explicativas compreensíveis, de modo geral;

- Levantar sugestões dos profissionais de investimento para que as notas explicativas sejam mais compreensíveis;
- Averiguar se existem indícios de que notas explicativas menos compreensíveis na visão de profissionais de investimento conduzem a maiores custos de transação no estabelecimento de contratos.

2.3 Justificativa da Pesquisa

Segundo Castro (1978, p. 55), um trabalho científico deve ser original, importante e viável. Assim sendo, essa pesquisa se justifica na medida em que ela consegue unir os três aspectos citados pelo autor. A mesma é original, porque há expectativa que os resultados venham a surpreender, indicando potências novas pesquisas futuras. Ela também é importante, pois levanta uma questão contemporânea que merece ser debatida na academia e que vem sendo discutida em congressos profissionais, como o 22º Congresso APIMEC, realizado nos dias 30 e 31 de agosto de 2012 em São Paulo. Sua viabilidade será evidenciada quando da explicação da metodologia a ser aplicada.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Considerações Iniciais

Esta seção da dissertação visa a estabelecer alguns conceitos basilares que nortearam o desenvolvimento da pesquisa empírica. Para tanto, inicialmente se investigou para quem se destinam as demonstrações contábeis, levando em consideração o posicionamento dos principais órgãos responsáveis pela normatização da divulgação das informações financeiras.

Posteriormente, foi investigada a compreensibilidade da informação contábil como característica qualitativa da mesma. Aqui, convém fazer um breve apontamento inicial. Traduziu-se para o português o termo *understandability* como compreensibilidade.

Segundo o dicionário Michaelis (2012), compreensibilidade é a qualidade do que é compreensível ou aptidão para ser compreendido. Por sua vez, um dos significados para o verbo compreender (do latim *comprehendere*), de acordo com o referido dicionário, é alcançar com inteligência, entender.

Entender, que vem do latim *intendere*, possui vários significados. Dentre eles, o dicionário Michaelis (2012) cita os seguintes:

- Ter ideia clara de; compreender, perceber;
- Ser hábil, perito ou prático em;
- Crer, pensar;
- Interpretar, julgar;
- Ouvir, perceber;
- Proceder de acordo, combinar-se, concertar-se;
- Estar em boa inteligência ou em boa paz;
- Chegar a acordo;
- Ter prática ou teoria;
- Tomar conhecimento como autoridade competente;
- Dizer respeito a;
- Ter uso da razão.

Já o verbo informar (do latim *informare*), possui os seguintes significados (MICHAELIS, 2012):

- Dar informe ou parecer sobre;
- Dar informação, dar conhecimento ou notícias a;
- Contar, participar;
- Tomar conhecimento de, inteirar-se;
- Apoiar, confirmar, corroborar.

Nesse trabalho, entenderemos a informação contábil como a capacidade de dar informe, parecer, conhecimento ou notícias sobre a posição econômica, financeira e patrimonial de uma entidade para um usuário que crê, pensa, interpreta, julga, ouve e percebe para que através do uso de sua razão, tome suas decisões.

3.2 A Quem se Destinam as Demonstrações Contábeis?

3.2.1 Momento Anterior

Inicialmente, convém discorrer brevemente sobre a quem se destinam às demonstrações contábeis. No Brasil, a resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) Nº 1055/05 criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Segundo o Artigo 3º, o CPC:

Tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Dessa maneira, cabe observar que o CPC foi estabelecido com vistas a ser o responsável pela convergência brasileira às normas internacionais.

Com isso, o mesmo emitiu em 2008 um pronunciamento abordando a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis com correlação ao

Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements emitido pelo IASC em Abril de 1989 (*International Accounting Standards Committee*) e adotado pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) em 2001.

Para tal estrutura conceitual, tinha-se que:

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisão econômica.

É importante se atentar que não havia uma delineação específica para nenhum tipo de usuário. A própria Estrutura citava alguns exemplos de usuários: investidores, empregados, credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governo e suas agências, além do público em geral. Entretanto, Iudícibus (2006) ressalta um problema. Para que tal objetivo preconizado pela estrutura conceitual fosse atingido, seria necessário que conhecêssemos os modelos decisórios de cada usuário. Analogamente, a contabilidade deveria ser flexível o suficiente para fornecer conjuntos diferenciados de informações para usuários igualmente diferentes.

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB), órgão normatizador dos Estados Unidos da América, em seu *Statement of Financial Accounting Concepts No. 1* (SFAC No. 1), nomeado de *Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises* republicado em 2008 citava também os potenciais usuários e seus interesses. Dentre eles, encontravam-se os donos, fornecedores, investidores potenciais, credores, empregados, administração, diretores, clientes, analistas financeiros e conselheiros, corretores, seguradores, bolsas de valores, advogados, economistas, autoridades responsáveis pela tributação, autoridades reguladoras, legisladores, imprensa financeira e agências de *reporting*, classes profissionais, associações de comércio, pesquisadores do ramo de negócios, professores e estudantes, além do público em geral. Como se verifica, o FASB tinha delineado os usuários das informações contábeis em mais grupos que o IASB. Entretanto, ambos os esforços de caráter taxonômico foram de eventual simplicidade, na medida que não haviam se esgotado as possibilidades de classificações mais apuradas e detalhadas.

Analogamente, é importante se atentar que apesar do amplo escopo de usuários que o FASB citava, Barth *et al* (2000), em seu trabalho sobre o valor da relevância, citaram que o foco

dominante do FASB se encontrava nos investidores do mercado de valores mobiliários, apesar dos próprios autores reconhecerem que existiam outros grandes usuários. Dentre exemplos que atribuem grande importância aos demais usuários, podemos citar os trabalhos de Holthausen e Watts (2001) e de Ball (2001). Vale citar que no próprio corpo do SFAC No. 1, havia excertos em que o conselho explicitava que a divulgação de informações financeiras deveria prover informação que seja útil para atuais e potenciais investidores e credores e outros usuários para que estes fizessem investimentos ou cedessem créditos de maneira racional. Como se nota, havia um certo foco para atuais e potenciais investidores e credores.

3.2.2 Projeto de Convergência FASB/IASB – Momento Atual

Em um encontro realizado em Norwalk, Connecticut, Estados Unidos da América, em 18 de Setembro 2002, tanto o IASB quanto o FASB se comprometeram em participar de um projeto de convergência, onde haveria um esforço na tentativa de remover as diferenças entre os pronunciamentos expelidos por ambos os órgãos.

Para tanto, a primeira etapa necessária é a construção de uma estrutura conceitual que sustente tal convergência. A mesma foi dividida em oito fases, sendo que as fases B, C e D estão ativas, ou seja, as discussões estão em andamento. Assim sendo, de acordo com o IASB, cada fase irá abordar os seguintes tópicos:

Tabela 1 - Evolução da construção da Estrutura Conceitual FASB/IASB

FASE	Tópicos
A	Objetivos e características qualitativas
B	Definições de elementos, reconhecimento e desreconhecimento
C	Mensuração
D	Conceito de entidade divulgadora
E	Fronteiras da divulgação financeira, apresentação e evidenciação
F	Propósito e status da estrutura
G	Aplicação da estrutura para entidades com fins não lucrativos
H	Questões remanescentes

FONTE: IASB. Conceptual Framework. Projects: Work plan for IFRS

A fase A foi completada em 28 de Setembro de 2010, onde o FASB publicou o *Statement of Financial Accounting Concepts No 8* (SFAC No. 8), nomeado de *Conceptual Framework for Financial Reporting*, englobando o *Chapter 1, The Objective of General Purpose Financial Reporting*, and *Chapter 3, Qualitative Characteristics of Useful Financial Information*, em substituição ao *FASB Concepts Statements No.1 and No.2*. Adicionalmente, em 2011, o CPC emitiu a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro com correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – *The Conceptual Framework for Financial Reporting* (IASB – BV 2011 *Blue Book*). Ambos os documentos tratam da mesma estrutura conceitual.

Nesse âmbito, é importante ressaltar uma modificação em relação às antigas estruturas conceituais. Segundo a nova estrutura conceitual, o propósito geral da divulgação de informações financeiras é prover informações financeiras sobre a entidade divulgadora que é útil para atuais e potenciais investidores e credores em tomar decisões sobre prover recursos para a entidade.

Como se evidencia, encontra-se detalhado a quais usuários as informações financeiras se destinariam. A justificativa adotada pelos conselhos é que a delimitação dos usuários primários seria um importante passo na hora de se estabelecer os padrões. Adicionalmente, é ressaltado que muitos outros usuários também poderiam ser servidos com os padrões estabelecidos, mesmo que não em todos os seus anseios. Apesar de aparente veracidade de tal observação, a mesma pode ser contestada se usarmos a Teoria da Agência como referencial teórico. Jensen e Meckling (1976) definem uma relação de agência como um contrato no qual uma ou mais pessoas (definido como principal) engajam outra pessoa(s) (definido como agente) para cumprir algum serviço como seu representante no qual envolveria a delegação de autoridade de tomar decisão para o agente. Com isso, assumindo que todos os agentes seriam maximizadores de suas funções utilidade, haveria uma boa razão para acreditar que não necessariamente os interesses convergiriam, gerando custos de agência. Existem inúmeros conflitos que podem ocorrer. Dois clássicos exemplos são citados por Coffee (2005): o primeiro deles ocorre onde a estrutura de propriedade é pulverizada, isto é, não se evidencia a presença de controle acionário concentrado. Como exemplo, vemos que a maioria das companhias dos Estados Unidos da América possui tal estrutura. Dessa forma, um conflito de agência de fácil observação nasceria entre os gestores e os diversos acionistas. O outro ocorre em locais onde há a presença de grandes famílias com controle acionário, ou seja, o controle

está concentrado. A maioria das companhias brasileiras se enquadraria nesse último exemplo. Portanto, um dos principais conflitos ocorreria entre o acionista majoritário e minoritário. Coffee (2005) utilizou tais conceitos para investigar porque os escândalos corporativos se diferenciavam nos Estados Unidos da América e na Europa.

Dessa maneira, percebe-se que existem incontáveis conflitos que podem existir. A nova estrutura conceitual falha em considerá-los. Como existem tais conflitos, não se pode afirmar que a informação financeira divulgada para determinado usuário também atingiria os anseios dos demais. Por exemplo, não há garantia alguma que o acionista em potencial tem interesses similares com os do atual acionista e nem que os credores querem informações financeiras divulgadas de maneira análoga aos acionistas. Dessa forma, parece inapropriado acreditar que informações financeiras feitas com esse foco também conseguiriam satisfazer outros usuários, ainda mais que já existiriam conflitos entre os usuários primários estabelecidos.

Outro ponto que merece destaque à discussão diz respeito às razões pelas quais os conselhos concluíram quais deveriam ser os usuários primários. Segundo o *Appendix: Basis for Conclusions for Chapter 1* do SFAC No. 8, teríamos as seguintes razões:

- a. Investidores e credores potenciais e atuais tem a necessidade mais crítica e imediata de informações em divulgações financeiras, sendo que muitos não podem requerer a entidade prover para eles diretamente;
- b. O foco deve ser nos participantes do mercado de capitais, o que englobaria além dos investidores atuais, potenciais investidores e atuais e potenciais credores.
- c. É provável que a informação que satisfaça as necessidades de usuários primários específicos atinja as necessidades de usuários em jurisdições com um modelo de governança corporativa definida no contexto dos acionistas e naquelas com um modelo definido no contexto de todos os tipos de *stakeholders*.

Analisando o item a, vemos a citação de que muitos investidores e credores não podem requerer as entidades que estas os ofertem informações diretamente a eles. Entretanto, isso varia com maior ou menor intensidade dependendo do país em análise. Nobes (1998) buscou determinar as razões pelos quais os modelos contábeis divergiam entre países. Segundo o pesquisador, inicialmente teríamos que analisar se o país estudado era culturalmente

autossuficiente ou se eram culturalmente dominados. As variações observadas no primeiro grupo se deviam ao propósito das publicações, enquanto os segundos tendiam a adotar o sistema de suas antigas metrópoles. Desse modo, o que determinaria o propósito das publicações em países autossuficientes seriam os tipos de financiadores dominantes (internos ou externos) e a principal fonte de financiamento (mercado de créditos ou de capitais).

É importante se atentar às definições de financiadores internos ou externos para Nobes (1998). O primeiro grupo seria composto por aqueles que possuem a capacidade de obter informações junto à administração assim que o desejassem, ou até mesmo freqüentemente. O segundo não teria como obter essas informações no momento que as desejassem e nem com o conteúdo pretendido.

Como exemplo dos diferentes tipos de financiadores, suponhamos que determinada companhia tenha um grupo de controle claramente definido e que grande parte de seu financiamento seja obtido por meio de empréstimos de grande porte perante bancos. Podemos inferir que tanto o grupo controlador quanto o banco poderiam requerer informações no momento que desejassem, sem necessariamente ter que esperar às informações contábeis serem divulgadas. Logo, pode-se deduzir que não necessariamente todos os credores ou investidores tivessem que esperar as demonstrações financeiras serem emitidas.

No que tange ao item c, Jensen (2001) discute em seu trabalho a função-objetivo das empresas e como a mesma se relacionaria a governança corporativa. De modo geral, existem duas correntes que delineiam esse debate: a Teoria da Maximização do Valor da Empresa e a Teoria de Equilíbrio dos Interesses dos *Stakeholders*.

Para Jensen (2001), a Teoria da Maximização do Valor da Empresa está embasada em estudos nas áreas de finanças e economia e afirma que na ausência de monopólios e externalidades, o bem estar da sociedade é maximizado quando cada empresa maximiza seu valor de mercado. Nesse âmbito, a empresa deveria estar unicamente direcionada a servir os interesses dos acionistas. A consequência de tal posição é que na presença de um conflito, os gestores estariam orientados a defender unicamente os interesses dos acionistas.

Por sua vez, Jensen (2001) cita que a Teoria de Equilíbrio dos Interesses dos *Stakeholders* tem suas origens na sociologia, no comportamento organizacional, nas políticas de interesses

especiais e nos próprios interesses dos gestores. A teoria se assenta na ideia de que os gestores devem tomar decisões levando em consideração os interesses de todos os *stakeholders*. Por exemplo, o gestor, ao tomar uma decisão deveria considerar não somente os acionistas, mas os empregados, clientes, comunidades em geral, etc. Uma das grandes desvantagens de tal visão é que na presença de conflitos de interesses, não haveria um direcionador que determinaria qual caminho seguir, trazendo subjetivismo às decisões tomadas. Para ilustrar um caso, suponhamos que determinada empresa esteja considerando diminuir o preço de um dos seus produtos, sob a justificativa da impreterível necessidade de socializá-lo perante uma comunidade. O preço mais baixo poderia satisfazer os clientes, mas não necessariamente convergiria ao interesse dos acionistas.

De posse dessas informações, parece altamente inadequado o item c listado acima. Não parece lógico assumir que tal estrutura conseguiria se enquadrar nas estruturas de governança corporativa estabelecidas em ambos os sistemas, dado as posições teóricas conflitantes. Com base no referencial teórico apropriado, a nova estrutura conceitual parece estar direcionada a Teoria da Maximização do Valor da Empresa e não a uma postura capaz de atender as duas teorias concomitantemente.

3.3 A Compreensibilidade como Característica Qualitativa

3.3.1 Momento Anterior

3.3.1.1 Estrutura Conceitual CPC/IASB

Nas estruturas conceituais mencionadas no decorrer do trabalho, o termo compreensibilidade é observado. Dessa maneira, convém aprofundar em mais detalhes a referida característica qualitativa.

Segundo a Estrutura Conceitual emitida pelo CPC em 2008 (que está correlacionada a do IASB), a compreensibilidade surgiria como uma característica qualitativa das demonstrações contábeis junto à relevância, confiabilidade e a comparabilidade, levando em consideração as limitações na relevância e na confiabilidade das informações e a busca pela visão verdadeira e apropriada das demonstrações contábeis. Com isso, as características qualitativas seriam os

atributos que tornariam as demonstrações contábeis úteis para os usuários, se configurando como características que todas as demonstrações contábeis deveriam ter.

No que tange especificamente à compreensibilidade, a referida estrutura conceitual expunha que uma característica essencial é que as demonstrações contábeis sejam prontamente entendidas pelos usuários, ou seja, as mesmas devem ser de fácil compreensão. Entretanto, segundo o próprio item que discorre sobre a compreensibilidade, a entidade deveria presumir que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e da contabilidade, além de uma disposição para estudar os temas. Analogamente, sob hipótese nenhuma, uma informação deveria ser omitida sob o pretexto de que seria de grande dificuldade para alguns usuários a entenderem.

No que diz respeito às restrições explanadas cabe ressaltar um velho dilema: como alcançar o equilíbrio entre a informação compreensível e a relevante? A informação pode muitas vezes ser extremamente relevante, porém de difícil interpretação mesmo a conhecedores dos negócios, atividades econômicas e da própria contabilidade.

A relevância também era citada como uma característica qualitativa pela referida estrutura conceitual. Para o CPC, as informações eram relevantes quando podiam influenciar as decisões econômicas dos usuários. Assim sendo, a mesma estaria intimamente relacionada à natureza e a materialidade da informação. Segundo a antiga estrutura conceitual em questão, uma informação era material se a sua omissão pudesse influenciar as decisões econômicas dos usuários.

O grande temor é que informações altamente sofisticadas possam exigir uma dedicação muito grande dos usuários para entendê-las, culminando em grandes custos de transação para os usuários. Segundo Coase (1991), os custos de transação são os custos de coletar informações, os custos de negociação e os de estabelecimento de contratos. Uma informação de difícil compreensibilidade, portanto, seria um catalisador de novos custos de transação, trazendo ineficiências no estabelecimento de contratos. Para Coase (1937), as firmas nasceriam da necessidade de minimização de custos de transação. Se a contabilidade pode ser entendida como uma linguagem de negócios, a dificuldade de compreensão dos usuários conduziria a contratos menos eficientes.

Uma das consequências desse cenário seria a criação de uma inevitável assimetria entre os usuários das informações contábeis no que diz respeito ao grau de compreensibilidade das informações contábeis.

3.3.1.2 Posição do FASB

O *Statement of Financial Accounting Concepts No. 2* (SFAC No. 2), republicado em 2008, intitulado de *Qualitative Characteristics of Accounting Information* também abordava o tema da compreensibilidade. No glossário de termos do mesmo, compreensibilidade era definida como a qualidade da informação que permite aos usuários perceberem sua significância. No corpo do próprio SFAC No. 2, haviam citações de que a informação financeira divulgada deve ser compreensível para aqueles que possuem um razoável entendimento dos negócios, atividades econômicas e estão dispostos a estudar a informação com diligência. Analogamente, existiam citações de que não se deveria omitir informações importantes sob a premissa que seriam de grande dificuldade para alguns investidores ou credores a entenderem ou porque alguns não a usariam. Se observarmos unicamente esses pontos, podemos chegar à conclusão de que a posição do FASB não se destoava da preconizada pela estrutura conceitual do CPC/IASB. Entretanto, havia uma diferença substancial. A compreensibilidade é citada como uma qualidade do usuário, isto é, não seria uma característica qualitativa da demonstração contábil. Essa posição é importante para o debate a ser estabelecido. Se a compreensibilidade for uma característica do usuário da demonstração contábil, isso implicaria que não haveria como melhorar a compreensibilidade geral dos usuários através de mudanças nas demonstrações contábeis. A compreensão seria uma função unicamente do usuário e o único jeito de provocar mudanças nessa variável seria através de uma educação mais robusta para cada indivíduo.

Contudo, no próprio corpo do SFAC No. 2, o FASB reconhecia que a compreensibilidade da informação é governada por uma combinação das características do usuário e das inerentes a própria informação. Esse direcionamento parece mais apropriado de um ponto de vista teórico, na medida que considera o processo de comunicação.

É importante citar também que o FASB utilizava uma hierarquia para as características das demonstrações contábeis. Entretanto, a sua hierarquização não tinha como propósito assinalar

prioridades entre as qualidades. A hierarquia era vista, portanto, com caráter explanatório e não de atribuição de pesos.

O SFAC No. 2 fez uso de uma figura que visava a simplificar a posição do conselho. Desse modo, tal ilustração se encontra adaptada abaixo:

Ilustração 1 - Hierarquia das Características Qualitativas da Informação Contábil - FASB

FONTE: FASB – SFAC No. 2

3.3.2 Projeto de Convergência FASB/IASB – Momento Atual

Conforme citado anteriormente, a fase A do projeto de convergência entre o FASB e o IASB foi completada em 28 de Setembro de 2010, onde o FASB publicou o *Statement of Financial Accounting Concepts No 8*, nomeado de *Conceptual Framework for Financial Reporting*, englobando o *Chapter 1, The Objective of General Purpose Financial Reporting*, and *Chapter 3, Qualitative Characteristics of Useful Financial Information*, em substituição ao *FASB Concepts Statements No.1 and No.2*. Adicionalmente, o CPC, em 2011, emitiu a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro com

correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – *The Conceptual Framework for Financial Reporting* (IASB – BV 2011 *Blue Book*).

Tal estrutura conceitual também aborda as características qualitativas que as demonstrações contábeis deveriam ter. Para os conselhos, as características qualitativas da informação financeira identificam os tipos de informação que são provavelmente mais úteis para os investidores e credores potenciais e atuais no seu processo de tomada de decisões sobre a entidade que as divulga.

Ao contrário da estrutura conceitual preconizada pelo CPC/IASB, o projeto de estrutura conceitual do FASB e do IASB também cria uma hierarquização para as características qualitativas. Assim sendo, a relevância e a representação justa seriam as características qualitativas fundamentais, enquanto a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade seriam as características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e justamente representada.

No que tange especificamente a compreensibilidade, a posição dos conselhos é muito similar à vista nas outras estruturas detalhadas nesse trabalho. Dessa maneira, a compreensibilidade poderia ser vista como a classificação, caracterização, e a apresentação da informação de modo claro e conciso que faz a mesma ser entendível. Novamente, se faz a ressalva de que a omissão de informações sob a prerrogativa de ser de difícil entendimento poderia ser danosa, podendo inclusive direcionar os usuários a interpretações equivocadas. Outro ponto que vale ser ressaltado é que a compreensibilidade não é vista como uma característica unicamente do usuário.

Dentre os aspectos aqui apresentados, cabe uma breve discussão sobre a necessidade de hierarquização de características qualitativas que a informação contábil deve apresentar. Não parece apropriada essa divisão na medida em que podem existir conflitos entre essas características. Suponhamos novamente o exemplo em que a informação é muito relevante, porém de extrema dificuldade em se compreender, mesmo para conhecedores do negócio, da atividade econômica e da própria contabilidade. Nesse exemplo, diante de um eventual impasse, a entidade divulgadora daria prioridade à relevância, divulgando, mesmo que ela pudesse gerar novos custos de transação. Uma justificativa plausível seria que a hierarquização das características qualitativas orientaria às decisões a serem tomadas com

base primeiramente nas características qualitativas fundamentais, mesmo que pudesse haver determinado grupo de usuários que preferisse algo mais compreensível. O FASB, anteriormente, em seu até então utilizado SFAC No. 2, citava que a sua hierarquização não tinha como propósito assinalar prioridades entre as qualidades. A hierarquia seria vista, portanto, com caráter explanatório e não de atribuição de pesos. Apesar desse excerto, a hierarquia, independentemente da estrutura conceitual, parece que continua a categorizar as características qualitativas. Se a mesma não atribuísse efetivamente pesos, não haveria a necessidade de se criá-la.

A discussão não se extinguirá nessa seção e a presença de trabalhos empíricos poderia ser um direcionador para a criação de uma hierarquia de características qualitativas da informação contábil. Na falta de tais achados, hierarquizar com base em visões particulares pode ser altamente perigoso e enganador. O trabalho de Obaidat (2007) ajuda a esclarecer esse ponto. O pesquisador buscou investigar se havia um *gap* entre a importância atribuída às características qualitativas da informação contábil entre auditores externos e investidores na Jordânia. Além dos grupos não atribuírem pesos iguais para as características, para ambos os grupos a compreensibilidade ficou numa posição melhor que a relevância. Desse modo, é impreterível que conheçamos o que os usuários das informações contábeis mais valorizam antes de qualquer esforço taxonômico, de categorização ou de hierarquização.

Outro ponto interessante da nova estrutura é que a estrutura também considera que usuários da informação contábil-financeira também incorrem em custos de análise e interpretação da informação obtida. Logo, a estrutura conceitual, mesmo que timidamente, reconhece os impactos oriundos de custos de transação no processo de comunicação das informações.

3.4 Informação Incompleta, Informação Imperfeita e a Teoria Contratual da Firma

Antes de discorrer brevemente sobre a análise do discurso, é importante se atentar a algumas definições. Segundo Lopes (2008, p. 174), sob a chamada teoria contratual da firma, uma dada empresa é vista como um conjunto de contratos entre os seus diversos participantes. Nesse âmbito, cada agente social acaba por assumir determinado papel em troca de certos benefícios. Um empregado, por exemplo, acaba por ofertar sua força de trabalho em troca de salários, enquanto um acionista contribui financiando a companhia para receber dividendos e futuros ganhos de capital.

Para que os contratos sejam cumpridos de forma harmônica, é essencial que haja um equilíbrio contratual estabelecido. Entretanto, de acordo com Lopes (2008, p. 175), dois problemas podem ser encontrados na prática. Um seria a informação imperfeita e o outro seria a informação incompleta.

Por informação imperfeita, Lopes (2008) explica que devemos entendê-la como as situações nas quais as regras do jogo estão claras e todos as conhecem, porém não se sabe as intenções e ações dos outros atores sociais. De modo geral, dado o papel da divulgação das informações financeiras como redutor da assimetria informacional, espera-se que esta seja a situação nas quais os agentes estão submetidos.

Por sua vez, em situações de informação incompleta, nem as regras do jogo se encontrariam claras. Para entender essa posição, suponha que determinada companhia seja obrigada por fins legais a fazer determinado tipo de divulgação financeira. Se ela não o fizer, as regras do jogo na prática estariam distorcidas, interferindo nas ações dos atores sociais.

Estes pontos descritos por Lopes (2008) ajudam a investigar dois possíveis problemas que possam a vir ocorrer no processo de decodificação das notas explicativas e sua relação com o fenômeno da compreensibilidade das mesmas por parte dos entes sociais.

Na primeira situação, o modo como a decodificação ocorre e os respectivos custos de transação associadas à mesma poderiam levar a ineficiências no fechamento de contratos. A segunda situação descrita é mais problemática, pois além do processo de decodificação e os custos de transação já inerentes ao processo de análise dos demonstrativos financeiros, a informação ainda seria incompleta. Mesmo que a decodificação supostamente ocorresse de modo eficiente, sem incorrer em grandes custos de transação, ainda assim, haveria um desequilíbrio contratual em virtude dos aspectos já mencionados.

3.5 Teorias da Semiótica e da Comunicação

Para Gouveia (2010), apesar de existirem diversas definições para o termo semiótica ao longo da literatura, todas elas convergem a um sentido comum. Assim sendo, para o referido autor,

a mesma poderia ser definida como a ciência que estuda os signos, os significados, toda e qualquer forma de linguagem, o processo de representação, significação e geração do sentido.

É importante se atentar que o estudo da semiótica inclui toda e qualquer forma de linguagem, isto é, não necessariamente precisa se utilizar unicamente da linguagem escrita ou falada. Como exemplo, podemos supor alguém que se comunique através de desenhos ou de sinais mímicos.

Essa dissertação se focou nos achados de Charles Peirce e de Charles Morris para analisar criticamente o processo de compreensibilidade das demonstrações contábeis. Indubitavelmente, Charles Peirce foi o grande expoente para o desenvolvimento da semiótica triádica, ou seja, fazendo uso de uma abordagem tridimensional. Assim sendo, de acordo com Santaella (2002) citado por Gouveia (2010), para Peirce, o processo de representação engloba três aspectos, sendo eles a significação, a objetivação e a interpretação. Dessa forma, para Gouveia (2010), isso significa que Pierce não fornece apenas uma visão estrutural do signo, mas a ação dos signos no seu processo de representação, isto é, a semiose.

A grande vantagem de se utilizar uma abordagem tridimensional é que ela interpreta o fenômeno semiótico sob um prisma sistêmico. Para Maximiano (2005), a teoria geral dos sistemas desenvolvida pelo biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy tem como objetivo classificar os sistemas segundo a maneira como seus componentes se organizam e identificar as “regras” ou padrões característicos de comportamento de cada categoria de sistemas. Nesse âmbito, a mesma se caracteriza por abordar os problemas de uma forma mais ampla ou holística, levando em consideração a interdependência das partes e o tratamento complexo da realidade complexa. Adicionalmente, a premissa de sistema aberto estaria em conformidade com a teoria semiótica triádica, pois permitiria ver a relação dos signos com o ambiente externo e como isso influenciaria a significação, a objetivação e interpretação da realidade.

Vale complementar que a ideia de se interpretar a significação, a objetivação e interpretação da realidade como um sistema estaria também em conformidade com a ideia de sistemas dinâmicos propugnadas por Forrester (1991). De modo geral, a figura abaixo demonstra como funcionaria um sistema dinâmico:

Ilustração 2 - Sistemas Dinâmicos

Informação sobre um problema → Ação → Resultado

FONTE: Forrester (1991, p. 8)

Poderíamos, por analogia, criar um sistema dinâmico para a semiótica triádica proposta por Charles Peirce:

Ilustração 3 - Sistemas Dinâmicos e o Processo Semiótico Triádico

Significação → Objetivação → Interpretação

Para Gouveia (2010), Morris foi um dos responsáveis para que a semiótica fosse conhecida pelo público geral. Segundo Morris (1976), a semiótica é uma ciência coordenada com as outras ciências, estudando as coisas ou as propriedades das coisas na sua função de servir de signos. Por sua vez, o processo em que algo funciona como um signo poder-se-ia chamar de semiose.

Gouveia (2010) explana que Morris propôs uma classificação para as três dimensões da semiose, sendo elas: a dimensão sintática, a dimensão semântica e a dimensão pragmática.

Para Morris (1976), a sintática pode ser vista como a concepção formal da linguagem. Assim sendo, tal dimensão trataria da consideração de signos e de combinações de signos na medida em que estão sujeitas as regras sintáticas, isto é, as regras de formação, que determinam as combinações permitidas independentemente dos membros do conjunto e as regras de transformação, que determinam as proposições que podem ser obtidas de outras proposições.

Por sua vez, de acordo com Morris (1976), a semântica trataria do significado dos signos e de todos os modos de significação, englobando a relação de designação (relação dos signos com os objetos) e desse modo, aos objetos que denotam ou possam denotar.

Adicionalmente, Morris (1976) expõe que a pragmática seria o campo da semiótica que trataria da relação dos signos aos seus intérpretes. Nesse âmbito, seriam considerados os efeitos dos signos sobre o comportamento dos intérpretes.

Pode-se deduzir que as dimensões da semiose podem ser aplicadas ao estudo do fenômeno da compreensibilidade das informações contábeis. Hendriksen e Breda (1999) foram autores que ensaiaram esse potencial utilizando o conceito de lucro como exemplo ilustrativo. A nível nacional, Colauto e Beuren (2005) buscaram fazer uma avaliação do capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil, enquanto que Dias Filho e Nakagawa (2002) propuseram uma análise tridimensional de balanço para decisões de crédito.

3.6 Análise do Discurso e Contabilidade

Para que se possa discutir a análise de discurso, é essencial que se defina inicialmente o que é comunicação. Segundo Hirsch *et al.* (1993), por comunicação, se entende o processo em que humanos interagem com mensagens para estruturar e fazer com que alguma situação adquira sentido. Conforme já discutido previamente, esse fenômeno não precisa ser necessariamente verbal ou escrito, podendo ser inclusive comportamental (aumentar o tom de voz, por exemplo).

Segundo McCarthy (1991), a análise do discurso está preocupada com o estudo da relação entre linguagem e os contextos em que a mesma é utilizada. Desse modo, o ambiente social é impreterível na forma como os entes sociais se comunicam.

Indubitavelmente, a corrente sociológica marcada pela Escola de Chicago e seu interacionismo simbólico que surgiram no início do século XX representaram um grande passo na tentativa de criar um método que iria se esforçar em restituir o sentido das práticas sociais dos indivíduos observados ao analisar seu contexto social e cultural (VERHAEGHE et al., 2010, p. 62). Nesse sentido, tal autor comenta que esse método se diferencia da concepção da sociologia tradicional, na qual a ação social é situada na ação da sociedade. Pelo contrário, a ação é construída no começo da interpretação de uma situação determinada.

Essa visão acaba por dar força ao ator social como agente transformador e reforça a análise do discurso como elemento essencial quando do estudo dos móveis dos agentes sociais. Tal visão é a que guia a abordagem utilizada por essa dissertação.

Para exemplificar como determinado termo pode adquirir vários significados, o próprio verbo contar pode adquirir diferentes interpretações de acordo de como o mesmo empregado. Vejamos:

- Contar no sentido de mensurar. Exemplo: “Eu contei e você tem 20 jogos e 50 livros”;
- Contar no sentido de comunicar. Exemplo: “Minha mãe me contou que você é uma garota admirável”;
- Contar no sentido de confiar. Exemplo: “Eu conto com você. Não vá me decepcionar”.

Como se vislumbra, de modo estritamente análogo, uma nota explicativa pode mais do que descrever fatos. Ela pode refletir intenções e motivações de quem a escreveu, de modo a estabelecer um discurso com seu leitor.

Hirsch *et al.* (1993, p. 21), ao explicarem sobre o modelo tradicional da análise do discurso, realçam que todo emissor possui um significado que ele pretende passar. Contudo, isso não garante que o significado recebido pelo receptor seja o mesmo. Tal fato ocorre, pois ambos possuem precedentes históricos que influenciam diretamente no significado social das relações estabelecidas.

O contexto da comunicação, assim sendo, pode possuir diferentes significados e relações. A mudança do receptor ou do interceptor produz alterações, tal como o tom de voz empregado,

o estilo que um texto é redigido, a ordem como as ideias são desenvolvidas. De modo geral, Hirsch *et al.* (1993, p. 22) explicam que devemos considerar alguns pontos quando da análise do discurso, sendo estes:

- A questão de que estamos lidando com dois lados: o significado da comunicação é obtido através das interações entre os sujeitos. Por exemplo: a companhia que divulga as informações financeiras e o leitor da mesma;
- A questão do relacionamento: baseado em relacionamentos anteriores com o outro agente social, estas expectativas podem influenciar no processo de comunicação. Por exemplo: o leitor de uma dada nota explicativa pode ter tido uma experiência passada positiva com a companhia;
- A questão da interpretação: quando você comunica, o outro agente social pode criar um significado particular ou tentar dar significado às suas ações. Por exemplo: ao comunicar informações financeiras através de demonstrações contábeis, cada leitor está criando sua visão de como se encontra a empresa sob a perspectiva econômica, financeira e patrimonial;
- A questão da criatividade: você pode se preparar para comunicar algo. Entretanto, no decorrer da construção do processo comunicativo, pode haver necessidade de adaptar seu discurso. Por exemplo: o relatório da administração a ser divulgado por uma empresa pode ser moldado de acordo com o desempenho financeiro da mesma;
- A questão do contexto: você pode fazer qualquer apontamento de um modo que possa mudar seu significado literal. O uso de figuras de linguagem e de traços comportamentais ajudam a construir diferentes significados quando da interação de agentes sociais. Por exemplo: o uso de adjetivos pode ajudar a maximizar a sensação de melhores resultados se aplicado num relatório da administração.

Van Dijk (2003), por sua vez, comenta que o uso da linguagem, da interação verbal e comunicação pertencem ao nível micro da ordem social. Por sua vez, o poder, dominação e desigualdade entre os grupos sociais são tipicamente termos que pertencem a um nível de análise macro.

É interessante observar como o autor realça a questão do poder social de grupos e instituições e como isso pode conduzir ao controle do contexto, do texto, da conversa e da mente quando

por parte de determinada instituição social quando de sua análise. Como exemplo desse poder, suponha que determinada empresa vem apresentando bons resultados financeiros e é bem vista no mercado. Esta poderia já exercer uma influência prévia sobre seus leitores de modo que um determinado profissional de investimento poderia analisar seus demonstrativos financeiros de modo ineficiente, sob a suposta presunção de que a empresa já é boa. Obviamente que esse caso geraria distorções no estabelecimento de contratos futuros.

4 METODOLOGIA

4.1 Considerações Iniciais

Segundo Martins e Theóphilo (2007, p.4), a literatura contempla que a geração do conhecimento se dá em quatro pólos:

- Pólo Epistemológico: exerce uma função de vigilância crítica da pesquisa;
- Teórico: orienta a definição das hipóteses e construção dos conceitos;
- Metodológico: contempla dimensões relacionadas com os diferentes modos de tratar a realidade;
- Técnico: guia os procedimentos de coleta de dados e sua transformação em informações pertinentes à problemática de pesquisa.

Visando a detalhar como a dissertação foi desenvolvida, essa seção se dividirá nos quatro pólos acima mencionados, para que haja um fidedigno detalhamento de como os procedimentos foram implantados.

4.2 Pólo Epistemológico

Segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 9), a epistemologia se situa tanto na lógica da descoberta, quanto na lógica da prova. Para tanto, um dos principais pontos que merecem discussão é o estabelecimento da causalidade entre variáveis, tão desejável quando da análise de problemas de pesquisa (KERLINGER, 1991).

De acordo com Matallo Junior (1994, p. 41), de modo geral, podem-se destacar três tipos de uso para o conceito causa, sendo estes:

- Relação Acidental entre Eventos Diferentes: típico das explicações do senso comum. Verifica-se que não há uma preocupação de formular uma lei invariante que possa ser útil na explicação de outros fenômenos;
- Relação Invariante e Necessária entre Eventos Diferentes: sua ideia principal pode ser sintetizada da seguinte forma: dado certo evento A, ocorre sempre outro B. Possui

importante papel na explicação científica, pois permite tanto a previsão de uma ocorrência, como a inferência de que um evento ocorreu no passado com base no presente;

- Relação Invariante, Necessária e Determinada entre Eventos Diferentes: a verdadeira explicação científica. A relação, além de estipulada, pode ser quantificada.

Como se observa, o desejável de todo trabalho científico é que as variáveis estudadas possam apresentar uma relação invariante, necessária e determinadas entre eventos diferentes. Entretanto, Matallo Junior (1994, p. 43) cita as críticas de Bertrand Russell no que tange às relações de causalidade. Assim sendo, Russell critica inicialmente as próprias ideias de evento e sucessão. Para tal pensador, ambas só resistem se forem definidas com precisão. Analogamente, a segunda crítica nasce em relação à sucessão. Russell se pauta na ideia de que entre a causa e o efeito, há um intervalo de tempo finito. As dúvidas surgem se existe alguma coisa no intervalo. Se existir algo, poder-se-ia argumentar que essa “coisa” antecederia o efeito e não a causa. Caso não houvesse nada, estaríamos admitindo que o efeito nasce do vazio.

Logo, Matallo Júnior (1994, p. 43) defende que devemos tomar a causalidade como uma suposição, um guia para os desencadeamentos racionais e não a mesma de forma absoluta. Essa dissertação adotou tal postura para averiguar se **há indícios de que notas explicativas das demonstrações financeiras que sejam menos compreensíveis, na visão de analistas de mercado de capitais, conduzem a custos de transação maiores no estabelecimento de contratos.**

O próprio uso do termo “indícios” sugere o reconhecimento da limitação de que é impossível obter relações causais de um modo absoluto. O mesmo também reflete uma particularidade da técnica multivariada adotada no desenvolvimento da pesquisa: a mesma não permite inferências para caso um novo indivíduo fosse acrescentado na amostra. Esse último ponto será mais bem explicado quando da discussão sobre o pólo técnico utilizado.

Outro aspecto importante do pólo epistemológico diz respeito a problemas típicos encontrados pelas ciências humanas. A respeito disso, Verhaeghe *et al* (2010, p. 57) cita os seguintes problemas:

- O problema da objetividade e da subjetividade: como lidar com juízos de valor?;
- O problema da intencionalidade dos atores: considerar a intencionalidade daquele que observa e daquele que é observado;
- O problema das interações sujeito/objeto: modificação de comportamentos por parte dos atores sociais em virtude da presença do pesquisador;
- O problema das leis gerais: problemas lógicos oriundos da generalização;
- O problema do determinismo e da liberdade do sujeito: o ambiente social influencia o sujeito ou o sujeito molda o ambiente? (abordagem explicativa e macro-social x abordagem compreensiva micro-social).

Inevitavelmente, tais problemas são de difícil controle, pois estamos lidando com seres humanos. Logo, ao aplicar um questionário, é impossível eliminar a subjetividade ou o juízo de valor do respondente e sua relação com o pesquisador. Adicionalmente, ele próprio pode querer transmitir uma significação social, já que todo ato, conforme visto, possui uma intencionalidade social.

Essa dissertação buscou contornar esses problemas. Evidentemente que eliminá-los é impossível. Na seção do pólo técnico, há uma descrição de algumas medidas tomadas, visando a contornar esses problemas.

4.3 Pólo Teórico

Segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 40), “a colocação da indução empírica como critério de distinção entre o que seria ou não ciência é atribuída à escola inglesa dos séculos XVI, XVII e XVIII, representada principalmente por Bacon, Locke, Mill e Hume”. Para estes pensadores do passado, a ciência explica apenas a face observável da realidade.

Assim sendo, Martins e Theóphilo (2007, p. 40) comentam que na visão empirista, não haveria espaço para a teoria. A ciência se resumiria a passagem do plano observacional para cuidadas generalizações.

Entretanto, conforme os autores explicam, as teorias são indispensáveis para o desencadeamento do processo de investigação. Para entender esse ponto, Matallo Júnior

(1994, p. 22) propõe que seja feito um experimento bem simples. Suponha que dois indivíduos entrem num laboratório de física, munido de um circuito elétrico e certo aparelho a ele interligado com um mostrador e uma agulha flutuante. Um dos indivíduos é leigo em física, enquanto o outro é um renomado acadêmico da área. Se for solicitado para que cada um descreva o que observa, as observações serão extremamente diferentes. O leigo possivelmente faria uma descrição dos objetos existentes, ressaltando o movimento da agulha no mostrador do aparelho. O renomado acadêmico da área não simplesmente descreveria os objetos, mas falaria de correntes elétricas, voltagens, etc.

Segundo Matallo Júnior (1994, p. 22), tal fato ocorre porque toda e qualquer observação pressupõe uma teoria, mesmo que esta seja de senso comum. Logo, a questão de pesquisa adotada foi formulada com base nas observações, tendo como pressuposto as teorias citadas na seção anterior e as inerentes ao próprio pesquisador.

De acordo com Martins e Theóphilo (p. 28), dentre algumas das funções das teorias, temos:

- Explicar por que, como e quando os fenômenos ocorrem;
- Sistematizar e dar ordem ao conhecimento sobre um fenômeno da realidade;
- Fazer inferências sobre o futuro, orientar como se vai manifestar ou ocorrer um fenômeno, dadas certas condições.

O arcabouço teórico utilizado e que orientou o desenvolvimento da dissertação buscou atingir os objetivos pretendidos por uma teoria.

4.4 Pólo Metodológico

Não existe um método científico unívoco e capaz de responder a todas as inquietações científicas do homem. Entretanto, no decorrer da história, foram evidenciadas diferentes tentativas de criar um método científico que pudesse trazer ao homem a possibilidade de ter um conhecimento total e fiel da realidade.

Köche (1997, p. 54) explica que foi com Galileu e posteriormente com Newton e Kant que essa esperança tomou forma. Para atingir esse objetivo, o homem teria como modelo de

acesso à realidade o procedimento do experimento científico, que estipularia os critérios para definir a cientificidade ou não de certos procedimentos.

De modo geral, o modelo popularizado foi o indutivo-confirmável, sendo que este se tornou o padrão e foi divulgado entre os diferentes campos das ciências (KÖCHE, 1997, p. 56). A ilustração abaixo demonstra as etapas de tal método adotado:

Ilustração 4 - Método Científico Indutivo-Confirmável

MÉTODO CIENTÍFICO INDUTIVO-CONFIRMÁVEL

FONTE: Köche (1997, p.56)

Como já discutido no tópico anterior, este método, claramente alicerçado no empirismo, não reconhecia a importância da teoria como delineador das observações a serem feitas. Köche (1997, p. 56) explica que o sujeito deveria ter a “mente limpa, livre de preconceitos, para que recebesse e se impregnasse das impressões sensoriais recebidas pelos canais da percepção sensorial”. Obviamente que tal fato é impossível, dado que são as teorias precedentes que orientam a observação.

Outro problema que inviabilizou a aplicação de tal método nessa dissertação diz respeito às generalizações dos resultados em lei. Köche (1997, p. 61) realça alguns dos problemas oriundas desse aspecto. Tomemos o clássico argumento que retrata os problemas da passagem do singular ao universal (KÖCHE, 1997, p. 61):

O cisne 1 é branco

O cisne 2 é branco

O cisne 3 é branco

...

O cisne n é branco (com $n > M$, n e M pertencentes ao conjunto dos números naturais e M suficientemente grande).

Logo, todos os cisnes são brancos.

Como se vislumbra, a dúvida é averiguar se pode transitar do conhecimento observável ao conhecimento não-observável. No exemplo tomado, admiti-se que não devem existir cisnes de outras cores, dado que já tinha sido observada uma quantidade grande de cisnes brancos. Apesar da suposta validade da forma como a conclusão foi indutivamente tomada, há sérios problemas epistemológicos citados por Köche (1997, p. 63), tais como:

- Qual seria o M suficientemente grande que garantiria tal fato?
- Mesmo que M pertença ao infinito enumerável, como garantir que tudo fosse observado?
- Em termos filosóficos, o que seria a observação real e o que seriam os fatos?
- E a subjetividade inerente a todo ser humano? Como garantir uma suposta observação isenta de preconceitos?

Diante desses problemas, essa dissertação optou por não adotar o paradigma do método científico indutivo-confirmável. Para tanto, o paradigma metodológico que guiou o desenvolvimento do mesmo foi o falseabilismo popperiano e o questionamento da possibilidade de um método.

De acordo com Köche (1997, p. 68), no início do século XX, as ideias de Einstein e Popper revolucionaram a concepção de ciência e método científico. O autor explica que para Popper,

não existe um modelo com normas prontas, definitivas, pelo simples fato de que a investigação deve orientar-se de acordo com as características do problema a ser investigado, das hipóteses formuladas, das condições conjunturais e da habilidade crítica e capacidade criativa do investigador.

Logo, haveria tantos métodos quantos forem os problemas analisados e os investigadores existentes. Isso não implicaria, contudo que não devam ser tomados cuidados epistemológicos quando da elaboração de um trabalho científico.

Tendo essa ideia como pressuposto para a execução dessa dissertação, esse trabalho optou por adotar o método científico hipotético-dedutivo. Vale observar, contudo, que o termo método não está sendo empregado com o sentido de regras estritas para a execução do processo científico, mas como diretrizes orientadoras da prática. Abaixo, encontra-se uma ilustração do método científico hipotético-dedutivo descrito por Köche (1997, p. 69):

A hipótese dessa dissertação foi desenvolvida de modo que a mesma admita ser refutada. Analisemos a mesma com mais cuidado: **“Há indícios de que notas explicativas das demonstrações financeiras que sejam menos compreensíveis, na visão de analistas de mercado de capitais, conduzem a custos de transação maiores no estabelecimento de contratos”**.

Como se observa, notas explicativas que sejam mais compreensíveis na visão de profissionais de investimento é uma assertiva possível de ser testada empiricamente. O tópico de pólo técnico explicará quais os procedimentos que foram utilizados para o teste empírico. Adicionalmente, a mesma afirmação pode ser refutada.

Köche (1997, p. 74) explica que Popper propôs que as hipóteses devem ser submetidas a condições de falseabilidade através do método crítico. Nesse sentido, a hipótese não será rejeitada se aguentar os testes de rejeição e permanecerá temporariamente corroborada até que a mesma seja rejeitada. O autor explana que é esse critério que demarca a ciência da não-ciência no paradigma popperiano. De modo análogo, não é conveniente observar que determinada hipótese foi “aceita”, dado que nenhum “experimento a confirma, ou a valida em sentido positivo, por maior severidade, controle e rigor que tenham sido adotados” (KÖCHE, 1997, p. 75). Adicionalmente, se possível, deve-se confrontá-la com hipóteses concorrentes, para garantir que a mesma explica melhor o fenômeno.

Concluí-se, portanto, que a dissertação adotou tal paradigma como orientador do desenvolvimento de seu pólo metodológico.

4.5 Pólo Técnico

4.5.1 Considerações Iniciais

Visando a responder a questão de pesquisa proposta, foram coletados dados junto aos profissionais de investimento por julgarem que o papel dos mesmos influencia no estabelecimento de contratos. Assim sendo, inicialmente utilizou-se a técnica de questionários para investigar o fenômeno da compreensibilidade das informações contábeis junto aos mesmos.

Segundo Martins e Theóphilo (2007), o questionário trata-se de um conjunto ordenado e consistente de perguntas e variáveis e situações que se deseja medir ou descrever. Os questionários foram elaborados no decorrer do trabalho, atentando-se aos critérios de confiabilidade e validade dos mesmos (MARTINS e THEÓPHILO, 2007).

De acordo com os respectivos autores, “para medir, avaliar ou quantificar informações, o profissional ou pesquisador precisará atentar para os critérios de significância e precisão dos instrumentos de medidas que irá utilizar: validade, ou validez, e confiabilidade ou fidedignidade” (MARTINS e THEÓPHILO, 2007, p. 12).

O primeiro diz respeito à capacidade do instrumento em medir o que efetivamente se propõe a medir. O segundo, por sua vez, está relacionado à constância dos resultados obtidos quando o mesmo objetivo é quantificado mais de uma vez. Para entender melhor esse exemplo, tomemos o seguinte exemplo: suponha que se pretende medir a massa que determinado corpo possui. Para isso, dispõe-se de uma balança. Neste exemplo, tal balança seria válida se ela efetivasse medisse a massa do corpo. O instrumento não seria confiável se ao medir a massa do corpo uma segunda vez, o resultado fosse extremamente diferente. Para definir essa expressão matematicamente, basta tomarmos um erro suficientemente pequeno que seja tolerável. Isto é, o instrumento seria confiável se:

$$|x_1 - x_2| \leq \varepsilon, \forall \varepsilon > 0 \quad (1)$$

Onde:

x_1 = resultado obtido na primeira medição;

x_2 = resultado obtido na segunda medição;

ε = erro tolerado pelo pesquisador.

Obviamente que para garantir que o instrumento fosse confiável, poder-se iria medir quantas vezes o pesquisador julgasse necessário de modo que:

$$|x_i - x_j| \leq \varepsilon, \forall \varepsilon > 0, \text{ para todo } i \neq j \text{ e } 1 \leq i, j \leq n \quad (2)$$

Onde:

x_i = i-ésima medida do instrumento;

x_j = j-ésima medida do instrumento;

n = número de vezes que o instrumento foi medido;

ε = erro tolerado pelo pesquisador.

Para garantir que o questionário criado apresentasse validade, foram tomados os seguintes testes de validade (MARTINS e THEÓPHILO, 2007, p. 16):

- Validade Aparente: o questionário aparentemente media aquilo que se pretendia medir;
- Validade de Conteúdo: evidencia que todo o conteúdo que se pretendia medir foi efetivamente medido;

De modo a fazer com que tal objetivo fosse atendido, o questionário foi submetido à análise da presidente da APIMEC e de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

Por sua vez, não houve modo de garantir algo além da confiabilidade aparente. Tal fato aconteceu devido a restrições de tempo, tais como:

- Não se teria como aplicar o pré-teste, dado que não haveria como congregar a mesma amostra novamente;
- Levando em consideração que havia pouco tempo hábil para que os congressistas respondessem o questionário, este foi feito de modo a ser estritamente sinótico (para que houvesse um maior número de respostas), de modo que isso acabou por inviabilizar o uso da técnica das metades partidas. Nessa técnica, deveria haver para cada questão uma outra que buscasse medir o mesmo fenômeno, para que estas fossem confrontadas posteriormente (MARTINS e THEÓPHILO, 2007, p. 15). Como o questionário tinha que ser curto, não houve como aplicá-la.

Tais fatos correspondem como uma limitação metodológica enfrentada no desenvolvimento da pesquisa.

Convém fazer uma observação sobre a categorização de dados. Esta dissertação de mestrado fez uso tanto de avaliação quantitativa quanto qualitativa. Não foi desconsiderada nenhuma possível técnica que ajudasse na categorização de dados. Quem guiou as técnicas a serem utilizadas foi o desenvolvimento do trabalho. Também não foram utilizadas técnicas sofisticadas se a situação não as exigia. Como explica Castro (1978, p. 75), “é a interpretação, o processo de desvendar a realidade que conta, não a complicação do modelo matemático”.

4.5.2 Questionário Aplicado

4.5.2.1 Aspectos Introdutórios

Para que sejam atingidos os objetivos previamente definidos, foram distribuídos questionários aos profissionais de investimento no 22º Congresso APIMEC que foi realizado nos dias 30 a 31 de agosto de 2012. Para tanto, esta dissertação contou com a ajuda da APIMEC para que seus objetivos fossem consubstanciados. Vale observar que a amostra obtida foi não-probabilística (FÁVERO et al. 2009, p. 99), sendo estimada por conveniência, isto é, como o congresso é frequentado por profissionais de investimentos e outros associados à APIMEC, crê-se que a amostra obtida contem uma pequena parcela dos atores sociais que a dissertação pretendeu estudar.

Segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 90), o questionário é “um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever”. De modo geral, o questionário foi estruturado de modo que o mesmo possibilitasse o emprego de técnicas multivariadas adequadas à questão de pesquisa. É importante observar que o mesmo também não foi extenso, dado que muitos dos potenciais respondentes não dispunham de muito tempo para o preenchimento do mesmo.

Vale observar que algumas questões envolveram o uso de escalas do tipo Likert. De acordo com Martins e Theóphilo (2007, p. 93), estas “consistem em um conjunto de itens apresentados em forma de afirmações, ante os quais se pede ao sujeito que externar sua reação, escolhendo um dos cinco ou sete pontos de uma escala”.

Como as questões envolveram variáveis não métricas em escala nominal, essa dissertação fez uso da técnica de Análise de Correspondência (ANACOR) e também da Análise de Homogeneidade (HOMALS).

Segundo Fávero *et al.* (2009, p. 271)

A análise de correspondência (ANACOR) e a análise de homogeneidade (HOMALS) são técnicas de interdependência que buscam estudar a relação entre variáveis qualitativas, permitindo ao pesquisador a visualização de associações, por meio de mapas perceptuais que oferecem uma noção de proximidade, ou associação de frequências, das categorias de variáveis não métricas.

Os autores complementam que enquanto a ANACOR estuda o comportamento associativo das categorias de apenas duas variáveis qualitativas de cada vez, a HOMALS permite a avaliação de n categorias simultaneamente. Esta dissertação fez algumas ANACOR estudando a associação de 2 em 2 variáveis. Posteriormente, uma HOMALS foi feita no sentido de estudar o comportamento de todas as categorias concomitantemente.

Vale complementar que por ser uma técnica de interdependência, a ANACOR não permite que sejam feitas inferências para além da amostra estudada, isto é, se um novo indivíduo fosse adicionado, o modelo precisaria ser recalculado. Isso implica que somente podem-se obter indícios de que notas explicativas das demonstrações financeiras que sejam menos compreensíveis, na visão de analistas de mercado de capitais, conduzem a custos de transação maiores no estabelecimento de contratos. Qualquer generalização para além da amostra estudada seria inviável.

4.5.2.2 Análise Crítica do Questionário

O questionário é composto de 10 questões cuja análise dos resultados pode sinalizar aspectos para a rejeição ou não rejeição da hipótese previamente definida. Esse tópico pretende analisar cada questão, explicando o que cada uma pretendeu medir. O questionário se encontra no apêndice após as referências. Logo, tem-se o que cada questão pretendeu medir:

Tabela 2 - Variáveis a serem mensuradas no questionário

Questão 1 – Buscou determinar qual o sexo do respondente.
Questão 2 – Buscou determinar em que faixa de idade o respondente se encontra.
Questão 3 – Buscou determinar quais são as formações dos respondentes.
Questão 4 – Buscou determinar a atuação profissional de cada respondente.
Questão 5 – Buscou determinar em que grau cada respondente usa as demonstrações financeiras para tomar suas decisões.
Questão 6 – Buscou determinar o grau de satisfação atual com as notas explicativas de cada respondente.
Questão 7 – Buscou averiguar se os respondentes acham que há um excesso de informações nas notas explicativas, sendo que poucas são usadas no processo decisório de cada um.
Questão 8 – Buscou averiguar se as notas explicativas exigem muito conhecimento técnico para que os respondentes a entendam.
Questão 9 – Buscou averiguar o comportamento do respondente quanto à necessidade de gastar muito tempo para a compreensão das notas explicativas.
Questão 10 – Buscou obter alguma sugestão para a melhoria das notas explicativas.

Como se verifica, as quatro primeiras questões buscaram balizar o perfil dos respondentes. Não foram feitas ANACOR entre essas variáveis, pois tal mapa perceptual pouco revelaria para a questão de pesquisa. Entretanto, foram feitas ANACOR combinando as questões 1,2, 3 ou 4 com as questões 5,6,7, 8 e 9 e entre essas últimas.

A questão 5 buscou unicamente verificar se o usuário usa as demonstrações financeiras no seu processo de decisão. O principal objetivo da mesma é descartar usuários que não façam uso das mesmas.

Por sua vez, as questões 6 e 7 visavam a observar se os respondentes se encontram satisfeitos com as demonstrações financeiras e se existiam sinais de que havia informação incompleta nos termos discorridos por Lopes (2008). Já a questão 8 buscou averiguar a percepção dos respondentes na dimensão sintática (MORRIS, 1976) quanto ao fenômeno da compreensibilidade das notas explicativas. Finalmente, a questão 9 buscou averiguar se uma eventual dificuldade de compreensão na dimensão sintática conduz à custos de transação nos termos de Coase (1991) no estabelecimento de futuros contratos.

A questão 10 foi a única aberta, sendo que ela foi utilizada como um espaço para caso algum respondente tivesse alguma contribuição a fazer. Para a análise da mesma, a dissertação fez uso da Análise de Conteúdo. Segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 95), esta “é uma técnica

para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática”. Logo, conforme os referidos autores, a Análise de Conteúdo busca a essência de um texto nos detalhes das informações, dados e evidências disponíveis.

Os resultados se encontram desenvolvidos na seção de análise dos resultados.

4.5.3 Considerações sobre a modelagem matemática da ANACOR e sua aplicação

Antes de desenvolver algebricamente a ANACOR, convém observar que essa seção é baseada no trabalho de Fávero *et. al* (2009, p. 271).

Inicialmente, vamos supor que existem n elementos que possuem 2 características nominais representadas pelas variáveis A e B. A variável A contém I categorias, enquanto a B possui J categorias. Podemos, assim, criar uma tabela de contingência que relaciona as duas variáveis. Denotaremos por n_{ij} o número de elementos que pertencem à categoria i da variável A e à categoria j da variável B.

Uma das consequências óbvias dessa disposição dos dados é que o número total de elementos (n) pode ser expresso como sendo de:

$$\sum_{i=1}^I \sum_{j=1}^J n_{ij} = n \quad (3)$$

Para facilitar a interpretação do próximo ponto, vamos convencionar a seguinte notação:

n_i = número total de elementos da categoria i

n_j = número total de elementos da categoria j

Assim sendo, outra consequência trivial da disposição dos dados é que as frequências marginais são dadas por:

$$\sum_{j=1}^J n_{ij} = n_i. \text{ para } \forall 1 \leq i \leq I \quad (4)$$

$$\sum_{i=1}^I n_{ij} = n_{.j} \text{ para } \forall 1 \leq j \leq J \quad (5)$$

Segundo Fávero *et al.* (2009), o próximo passo corresponde a calcular a matriz de correspondência P que possui I linhas e J colunas. Entretanto, tal matriz deve conter as frequências relativas (proporções) e não as frequências em absoluto obtidas na tabela de contingência. Para obtê-las, basta dividir cada n_{ij} por n. Logo, vemos que cada elemento p_{ij} da matriz P será dado por:

$$p_{ij} = \frac{n_{ij}}{n}, \text{ para } 1 \leq i \leq I \text{ e } 1 \leq j \leq J \quad (6)$$

Uma das consequências obtidas da matriz P é que a soma de todos os elementos resulta em 1, isto é:

$$\sum_{i=1}^I \sum_{j=1}^J p_{ij} = 1 \quad (7)$$

Os respectivos autores comentam após essa etapa, é necessário calcular a matriz do perfil das linhas (r) e das colunas (c), o que implica que devam ser calculadas as frequências marginais (denominadas de massa) de modo estritamente análogo ao feito com os dados em frequência em absoluto. Logo:

$$r_i = \sum_{j=1}^J p_{ij} \text{ para } \forall 1 \leq i \leq I \quad (8)$$

$$c_j = \sum_{i=1}^I p_{ij} \text{ para } \forall 1 \leq j \leq J \quad (9)$$

Fávero *et al.* (2009) comentam que a matriz de perfil das linhas é composta da matriz diagonal dos elementos r_i . Denotando essa matriz como sendo D_r , vemos que essa matriz é quadrada e possui I linhas e colunas. Seus elementos d_{gl} são dados por:

$$d_{gl} = 0 \text{ se } g \neq l \quad (10)$$

$$d_{gl} = r_i \text{ se } g = l \quad (11)$$

De modo análogo, a matriz de perfil das colunas é dada pela matriz diagonal dos elementos c_j . Denotando essa matriz como sendo D_c , vemos que essa matriz é quadrada e possui J linhas e colunas. Seus elementos d_{gl} são dados por:

$$d_{gl} = 0 \text{ se } g \neq l \quad (12)$$

$$d_{gl} = c_j \text{ se } g = l \quad (13)$$

Os autores continuam explicando que posteriormente, visando a fazer a decomposição em coordenadas principais, deve-se considerar a matriz $P^\sim$, tal como proposto por Mingoti (2005):

$$P^\sim = P - rc', \text{ onde } c' \text{ é a matriz de perfil de colunas tranposta} \quad (14)$$

Os autores explicam que essa matriz possui entradas do seguinte tipo:

$$p_{ij} = \frac{n_{i.}}{n} \frac{n_{.j}}{n} \quad (15)$$

O que faz com que se busque comparar as proporções observadas com as esperadas, para verificação posterior da independência das variáveis A e B.

Como pode haver linhas ou colunas onde seus elementos possam ser escritos como combinação linear de outra linha ou coluna, o posto de matriz $P^\sim$ será dado por

$$K = \min(I - 1, J - 1) \quad (16)$$

Fávero *et al.* (2009) explicam que essa matriz $P^\sim$ pode ser decomposta em seus valores singulares, de modo que:

$$P^\sim = A \Lambda B' \quad (17)$$

Onde A e B são matrizes de dimensão $I \times K$ e $J \times K$ respectivamente, sendo dadas por:

$$A = D_r^{1/2} U_{IxK} \quad (18)$$

$$B = D_c^{1/2} V_{JxK}, \text{ sendo que } B' \text{ é sua transposta} \quad (19)$$

E Λ é uma matriz de dimensão $K \times K$ que contém os vetores próprios da matriz $P^\sim$. Os autores comentam que U e V são matrizes ortogonais.

Fávero *et al.* (2009) explanam que “as colunas da matriz A definem as coordenadas para os pontos representados no perfil coluna de P . Similarmente, as colunas da matriz B' definem as coordenadas dos eixos para os pontos representados no perfil linha de P ”.

Assim sendo, os autores, utilizando Mingoti (2005), explicam que a matriz $P^\sim$ pode ser escrita da seguinte maneira:

$$P^\sim = \sum_{i=1}^k \lambda_i \tilde{a}_i \tilde{b}_i \quad (20)$$

Onde $\tilde{a}_i$ denota a i -ésima coluna da matriz A e $\tilde{b}_i$ representa a i -ésima coluna da matriz B e K é o posto da matriz, conforme determinado anteriormente.

Com isso, Fávero *et al.* (2009) realçam que as coordenadas principais das linhas da matriz $P^\sim$ são definidas como:

$$Y_{ixk} = D_r^{-1} A_{ik} \Lambda_{kxk} \quad (21)$$

Enquanto as coordenadas principais das colunas da mesma matriz são dadas por:

$$Z_{jxk} = D_c^{-1} B_{jk} \Lambda_{kxk} \quad (22)$$

Fávero *et al.* (2009), citando Mingoti (2005) explicam que “as primeiras duas coordenadas das linhas e das colunas contem os pares que melhor representam os dados, em termos de associação entre as variáveis A e B , já que estão diretamente relacionados aos maiores autovalores da matriz $P^\sim$ ”.

Outro conceito importante, segundo os autores, é o conceito de inércia total, definido como a soma dos quadrados de todos os valores singulares ou autovalores não nulos (JOHNSON e WICHERN, 2007 *apud* FÁVERO et al., 2009), isto é:

$$IT = \sum_{i=1}^k \lambda_i^2 \quad (23)$$

Onde IT é a inércia total e $\lambda_1 \geq \lambda_2 \geq \dots \geq \lambda_k \geq 0$ são os elementos não nulos da matriz Λ . Os autores também comentam que a relação entre a inércia de cada dimensão e a inércia total acaba por resultar na proporção de variância explicada pela dimensão, de modo que:

$$\text{Proporção de variância explicada pela dimensão} = \frac{\lambda_i^2}{\sum_{i=1}^k \lambda_i^2} \quad (24)$$

De modo geral, Fávero *et al.* (2009) explicam

A ANACOR utiliza o teste Qui-quadrado (χ^2) para padronizar os valores das frequências e formar a base para as associações. A partir de uma tabela de contingência, calculam-se as frequências esperadas e o valor do χ^2 para cada célula, considerando-se as diferenças entre as frequências observadas e as esperadas. Assim, com as medidas padronizadas da associação, a ANACOR cria uma medida em distância métrica e cria projeções ortogonais sobre as quais as categorias podem ser alocadas, de forma a representar o grau de associação dado pelas distâncias χ^2 em um espaço dimensional.

Logo, convém observar que segundo Fávero *et al.* (2009), a estatística Qui-quadrado (χ^2) é usada para a mensuração do grau de associação entre linhas e colunas em uma tabela de contingência. A mesma é dada por:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^I \sum_{j=1}^J \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (25)$$

Onde:

O_{ij} representa o número de observações reais na célula (i,j) e:

$$E_{ij} = np_{ij} \quad (26)$$

representa o número esperado de observações na célula (i,j).

O número de graus de liberdade da distribuição Qui-quadrado para ser aplicado no teste estatístico é tal que:

$$v = n - 1 \quad (27)$$

Onde v representa o grau de liberdade e n é o número de categorias.

A hipótese nula do teste estatístico é a de que as duas variáveis A e B são independentes, ou seja, não há associação entre suas categorias. Assim sendo, a aplicação da ANACOR só faz sentido se tal hipótese for rejeitada. Para esta dissertação, quando da execução das várias ANACOR, inicialmente aplicou-se o teste Qui-quadrado para verificar se haveria indícios de independência entre as duas variáveis. Somente foram feitas as ANACOR em que se rejeitou tal hipótese nula. O nível de significância adotado para a aplicação dos testes estatísticos foi de 5%. Todas elas foram feitas através do *software* IBM SPSS (Statistical Package for Social Sciences) 19.

4.5.4 Considerações sobre a Análise de Homogeneidade (HOMALS)

Segundo Fávero *et al.* (2009), a HOMALS pode ser vista como uma simples aplicação da análise de correspondência a uma tabela com múltiplos níveis. Segundo os autores, o algoritmo utilizado na mesma é uma versão modernizada do estudo de Guttman (1941), sendo que a máxima dimensão que pode ser avaliada, de forma perceptual, obedece à:

$$d_{máx} = \min\{(n - 1), ((\sum_j k_j) - \max(m_1, 1))\} \quad (28)$$

Onde:

$d_{máx}$ é a dimensão máxima;

m_1 é o número de variáveis sem valores faltantes;

k_j é o número de categorias de cada variável j ;

n é o tamanho da amostra.

De acordo com Fávero *et al.* (2009), dentre os principais conceitos da HOMALS, temos que:

- O autovalor, assim como na ANACOR, mostra a variância total explicada por cada dimensão. Estes variam de 0 a 1e, quanto mais próximos de 1, maior é a variância explicada por dimensão;
- As medidas de discriminação informam as variáveis mais importantes em cada dimensão;
- Os *object scores* são os escores associados a cada observação, sendo mensurados pela média de todas as categorias;
- A definição de *category quantifications* (quantificação das categorias) refere-se aos escores associados a cada categoria mensurada pela média dos escores dos casos na categoria;
- O *fit* quantifica a variância explicada pelas dimensões solicitadas para análise e corresponde à soma de todos os autovalores das dimensões.

Nesta dissertação, para a execução da HOMALS, utilizou-se o *software* IBM SPSS (Statistical Package for Social Sciences) 19.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Considerações Iniciais sobre a Amostra Obtida

Dentre os participantes do 22º Congresso APIMEC, 56 responderam o questionário proposto. Desses, 2 sinalizaram (na questão 6) que não utilizam as demonstrações financeiras para o seu processo de tomada de decisão em nenhum momento. Tendo em vista que seus processos decisórios não passam pelo uso dos demonstrativos financeiros, optou-se por excluí-los da amostra.

Visando a orientar a discussão dos resultados de modo detalhado, a mesma será dividida em 3 pólos:

- Análise descritiva das frequências;
- Análise efetuada com o auxílio das ANACOR e HOMALS;
- Análise de Conteúdo das sugestões pedidas.

5.2. Análise descritiva das frequências

5.2.1 Perfil dos Respondentes

Inicialmente, vamos descrever o perfil dos respondentes com base nas respostas dadas das questões de 1 a 4.

5.2.1.1 Por Sexo

Ao serem indagados sobre o sexo, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 3 - Percentual dos respondentes em termos de seu sexo

Sexo	Frequência em absoluto	Frequência Relativa
Masculino	42	77,8%
Feminino	12	22,2%
Total	54	100,0%

Como se verifica, a maior parte da amostra (77,8%) obtida é representada por homens.

5.2.1.2 Por Faixa Etária

Ao serem questionados sobre sua faixa etária, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 4 - Percentual dos respondentes em termos de sua faixa etária

Faixa Etária	Frequência em absoluto	Frequência Relativa
Até 25 anos	2	3,7%
De 25 a 35 anos	13	24,1%
De 35 a 45 anos	13	24,1%
De 45 a 60 anos	16	29,6%
Acima de 60 anos	10	18,5%
Total	54	100,0%

Como se percebe, exceção feita à faixa etária que contem os respondentes de até 25 anos, todas as demais faixas etárias estão distribuídas de uma forma relativamente uniforme.

5.2.1.3 Por Formação

A tabela abaixo demonstra as frequências obtidas em termos das formações dos respondentes:

Tabela 5 - Percentual dos respondentes em termos de sua formação

Formação	Frequência em absoluto	Frequência Relativa
Administrador (a) de Empresas	8	14,8%
Economista	19	35,2%
Contador (a)	9	16,7%
Engenheiro (a)	10	18,5%
Outras	8	14,8%
Total	54	100,0%

Aqui, vislumbra-se que há um predomínio de economistas sobre as demais profissões, sendo que estes correspondem a 35,2% da amostra.

5.2.1.4 Por Profissão

No que tange à profissão que exercem, obtiveram-se as seguintes frequências:

Tabela 6 - Percentual dos respondentes em termos de sua profissão

Profissão	Frequência em absoluto	Frequência Relativa
Analista de Mercado de Capitais	17	31,5%
Investidor (a)	9	16,7%
Executivo (a) de outros setores	11	20,4%
Membro da academia (incluindo estudantes)	4	7,4%
Outros	13	24,1%
Total	54	100,0%

Aqui, buscou-se tentar averiguar quais tipos de profissionais de investimento se encontravam na amostra. Um percentual de 31,5% declarou que trabalha como analista de mercado de capitais. O percentual de “outros” foi relativamente grande, dado que se esperava que houvesse mais investidores autônomos ou executivos de outros setores. Por se tratar de um congresso profissional, não surpreendeu o fato de haver poucos membros da academia.

5.2.2 Análise descritiva das questões relacionadas ao projeto de pesquisa

5.2.2.1 Questão 5

Conforme discorrido previamente, a questão 5 buscou determinar o grau em que os respondentes utilizam as demonstrações financeiras para tomar suas decisões. Na tabela abaixo, encontram-se tais dados detalhados:

Tabela 7 - Frequências observadas na Questão 5

Grau em que usam as demonstrações financeiras	Frequência em absoluto	Frequência Relativa
Usam com baixíssima frequência	4	7,4%
Usam com baixa frequência	6	11,1%
Usam com frequência intermediária	17	31,5%
Usam com muita frequência	27	50,0%
Total	54	100,0%

Como se percebe, 50% dos respondentes declararam que usam muito as informações financeiras divulgadas pelas demonstrações contábeis. Isso demonstra que estas são parte importante para que estes tomem suas decisões. Somente 18,5% citaram que usam com baixa ou baixíssima frequência as mesmas.

5.2.2.2 Questão 6

A questão 6 buscou determinar o grau de satisfação que os respondentes se encontram com as notas explicativas divulgadas pelas empresas em suas demonstrações contábeis. O resultado segue abaixo:

Tabela 8 - Frequências observadas na Questão 6

Grau de satisfação com as notas explicativas	Frequência em absoluto	Frequência Relativa
Pouquíssimo Satisfeito (a)	0	0,0%
Pouco Satisfeito (a)	18	33,3%
Indiferente	16	29,6%
Muito Satisfeito (a)	20	37,0%
Muitíssimo Satisfeito (a)	0	0,0%
Total	54	100,0%

Os resultados aqui revelam alguns interessantes aspectos. O primeiro é que os dois extremos (positivo e negativo) não foram atingidos. O segundo é que não há um consenso dentre a amostra sobre o grau de satisfação atual com as notas explicativas. Há uma distribuição relativamente uniforme, revelando que há um percentual significativo de pessoas pouco satisfeitas com as notas explicativas, sendo quase igual aos que se encontram muito satisfeitos.

5.2.2.3 Questão 7

A questão 7 pedia para que os respondentes expressassem seu grau de concordância com a seguinte frase: “As notas explicativas atuais são muito grandes, sendo que há um excesso de informações onde poucas são usadas em minhas decisões”. Os seguintes resultados foram obtidos:

Tabela 9 - Frequências observadas na Questão 7

Grau de concordância com a frase proposta	Frequência em absoluto	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	5	9,3%
Discordo Parcialmente	8	14,8%
Não Concordo, nem Discordo	8	14,8%
Concordo Parcialmente	29	53,7%
Concordo Totalmente	4	7,4%
Total	54	100,0%

Aqui se observa um fato que já permite dizer que podem existir indícios de que notas explicativas das demonstrações financeiras que sejam menos compreensíveis, na visão de analistas de mercado de capitais, conduzem a custos de transação maiores no estabelecimento de contratos. O fato de mais de 50% da amostra concordar, mesmo que parcialmente, com a afirmação demonstra que há um excesso de notas explicativas que pouco estão sendo usadas no processo decisório de cada um. Com tanta informação, o custo para decodificá-las por inteira pode ser suficientemente alto, de modo que o benefício marginal seja pequeno quando comparado ao custo marginal associado à mesma. Logo, os custos de transação seriam grandes e as decisões poderiam estar sendo tomados de modo ineficiente.

Adicionalmente, se há um excesso de informações, há indícios de que talvez não haja problemas de informação incompleta (LOPES, 2008).

5.2.2.4. Questão 8

A questão 8 pedia para que os respondentes expressassem seu grau de concordância com a seguinte frase: “As notas explicativas atuais exigem muito conhecimento técnico para que eu as entenda”. Os seguintes resultados foram obtidos quando da aplicação do questionário:

Tabela 10 - Frequências observadas na Questão 8

Grau de concordância com a frase proposta	Frequência em absoluto	Frequência Relativa
Discordo Totalmente	4	7,4%
Discordo Parcialmente	17	31,5%
Não Concordo, nem Discordo	6	11,1%
Concordo Parcialmente	22	40,7%
Concordo Totalmente	5	9,3%
Total	54	100,0%

Aqui se verifica que 50% dos respondentes concordaram, mesmo que parcialmente, que as notas explicativas exigem muito conhecimento técnico para que eles possam entendê-la. Isso mostra indícios de como a decodificação das mesmas em termos sintáticos (MORRIS, 1976) pode ser um processo que demanda muito conhecimento. Se este conhecimento exigido

requerer muito estudo, não seria estranho afirmar que há indícios de que o custo de transação (COASE, 1991) relacionado à decodificação seja extremamente alto para alguns.

5.2.2.5 Questão 9

A questão 9 buscou averiguar como o respondente agiria se ele se deparasse com uma nota explicativa que levaria muito tempo para que ele a decodificasse. A questão proposta foi: “Se a nota explicativa exigir muito tempo para que ela seja entendida, seja devido à quantidade de leitura ou às questões técnicas, você mesmo assim gasta seu tempo buscando entendê-la?”

A tabela abaixo levanta as frequências obtidas:

Tabela 11 - Frequências observadas na Questão 9

“Se a nota explicativa exigir muito tempo para que ela seja entendida, seja devido à quantidade de leitura ou às questões técnicas, você mesmo assim gasta seu tempo buscando entendê-la?”	Frequência em absoluto	Frequência Relativa
Assertiva 1: “Se a informação vai exigir muito tempo para que eu a decodifique, não gasto tempo com ela, independente da relevância da mesma”	1	1,9%
Assertiva 2: “Raramente gasto muito tempo com as notas explicativas”	5	9,3%
Assertiva 3: “Somente gasto esse tempo se julgar a nota explicativa como sendo impreterível para meu processo de tomada de decisão”	36	66,7%
Assertiva 4: “Somente gasto esse tempo se estiver pouco atarefado no momento”	2	3,7%
Assertiva 5: “Sempre gasto o tempo que for necessário para qualquer nota explicativa”	10	18,5%
Total	54	100,0%

Cerca de 66,7% dos respondentes observaram que somente gastam muito tempo para decodificar uma nota explicativa se julgarem que a mesma é altamente impreterível para a consubstanciação do seu processo de tomada de decisão. Isso implica que para uma grande parte das notas explicativas, há indícios de que as mesmas estão sendo analisadas

superficialmente, de modo que um excesso das mesmas pode conduzir a maiores custos de transação quando de sua decodificação (COASE, 1991).

5.3 ANACOR e HOMALS

Inicialmente, aplicou-se a estatística Qui-quadrado (χ^2) para mensurar o grau de associação entre linhas e colunas de todas as tabelas de contingência obtidas. Logo, obtiveram-se os seguintes dados para cada tabela de contingência:

Tabela 12 - Estatística Qui-quadrado

Tabela de Contingência	Estatística Qui-quadrado	Graus de Liberdade	<i>p-value</i>
Sexo com Questão 5	8,820	3	0,032
Idade com Questão 5	22,633	12	0,031
Formação com Questão 5	8,582	12	0,738
Profissão com Questão 5	15,816	12	0,200
Sexo com Questão 6	2,001	2	0,368
Idade com Questão 6	8,065	8	0,427
Formação com Questão 6	5,090	8	0,748
Profissão com Questão 6	7,196	8	0,516
Sexo com Questão 7	2,836	4	0,586
Idade com Questão 7	14,581	16	0,556
Formação com Questão 7	21,016	16	0,178
Profissão com Questão 7	13,542	16	0,633
Sexo com Questão 8	7,711	4	0,103
Idade com Questão 8	12,289	16	0,724
Formação com Questão 8	23,158	16	0,110
Profissão com Questão 8	13,591	16	0,629
Sexo com Questão 9	7,586	4	0,108
Idade com Questão 9	16,720	16	0,404

Formação com Questão 9	12,302	16	0,723
Profissão com Questão 9	9,412	16	0,895
Questão 5 com Questão 6	13,346	6	0,038
Questão 5 com Questão 7	17,633	12	0,127
Questão 5 com Questão 8	13,963	12	0,303
Questão 5 com Questão 9	23,775	12	0,022
Questão 6 com Questão 7	12,989	8	0,112
Questão 6 com Questão 8	11,053	8	0,199
Questão 6 com Questão 9	19,003	8	0,015
Questão 7 com Questão 8	24,539	16	0,078
Questão 7 com Questão 9	24,942	16	0,071
Questão 8 com Questão 9	17,613	16	0,347

Conforme se observa, a um nível de significância de 5%, somente admiti-se a execução da técnica ANACOR para:

- Sexo com Questão 5;
- Idade com Questão 5;
- Questão 5 com Questão 6;
- Questão 5 com Questão 9;
- Questão 6 com Questão 9;

Tal fato ocorre, pois nesses casos rejeitou-se a hipótese nula de independência das variáveis aleatórias. Na próxima sessão, será desenvolvida cada uma dessas ANACOR.

5.3.1 Sexo com Questão 5 - ANACOR

Nesse caso, como existiam apenas 2 categorias para sexo, o número máximo de dimensão é 1, o que impossibilitará a construção do mapa perceptual. Entretanto, ao proceder a análise dessa dimensão, observa-se que quem usa as demonstrações financeiras com baixa frequência contribui com 0,777 da inércia da dimensão, tal como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 13 - Sexo com Questão 5 – Contribuição a Inércia da Dimensão

Questão 5	Contribuição a inércia da dimensão
“Uso com Baixíssima Frequência”	0,002
“Uso com Baixa Frequência”	0,777
“Uso com Frequência Intermediária”	0,002
“Uso com Muita Frequência”	0,219
Total	1,000

5.3.2 Idade com Questão 5 - ANACOR

Ao proceder ao uso da ANACOR combinando idade com a questão 5, encontram-se alguns interessantes resultados. Inicialmente, verifica-se que na criação do mapa perceptual com 2 dimensões, estas explicaram 76,9% da inércia total, sendo que a primeira dimensão explicou 42,7%, sugerindo que esta é mais importante para explicar o comportamento dos dados do que a dimensão 2.

Analisando os escores das linhas, encontramos:

Tabela 14 - Idade com Questão 5 – Escores das Linhas

Idade	Massa	Escore na dimensão 1	Escore na dimensão 2	Inércia	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 1	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 2
Até 25 anos	0,037	-2,312	-0,216	0,117	0,468	0,005
De 25 a 35 anos	0,241	0,843	0,244	0,108	0,404	0,038
De 35 a 45 anos	0,241	-0,220	0,774	0,084	0,028	0,381
De 45 a 60 anos	0,296	-0,343	-0,130	0,017	0,082	0,013
Acima de 60 anos	0,185	0,202	-1,073	0,094	0,018	0,563
Total	1,000			0,419	1,000	1,000

Verifica-se, que em termos da variável linha, as pessoas de até 25 anos foram os que mais contribuíram para a inércia da dimensão 1 (46,8%), enquanto os idosos foram os que mais contribuíram a dimensão 2 (56,3%)

De modo estritamente análogo, pode-se proceder a raciocínio similar para os escores das colunas:

Tabela 15: Idade com Questão 5 – Escores das Colunas

Questão 5	Massa	Escore na dimensão 1	Escore na dimensão 2	Inércia	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 1	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 2
“Uso com Baixíssima Frequência”	0,074	-1,652	1,023	0,138	0,477	0,205
“Uso com Baixa Frequência”	0,111	1,272	-0,099	0,121	0,425	0,003
“Uso com Frequência Intermediária”	0,315	-0,306	0,859	0,101	0,069	0,614
“Uso com Muita Frequência”	0,500	0,154	-0,368	0,059	0,028	0,178
Total	1,000			0,419	1,000	1,000

Por sua vez, em termos da variável coluna, os respondentes que usam com baixíssima frequência as demonstrações financeiras foram os que mais contribuíram à inércia da dimensão 1 (47,7%), enquanto na dimensão 2, foram os que usam com frequência intermediária.

O mapa perceptual ficou assim determinado:

Gráfico 1 - Idade com Questão 5 – Mapa Perceptual

Visando a não poluir o gráfico com longas assertivas, vamos utilizar a seguinte notação:

- Assertiva 1: “Uso com baixíssima frequência”;
- Assertiva 2: “Uso com baixa frequência”;
- Assertiva 3: “Uso com frequência intermediária”;
- Assertiva 4: “Uso com muita frequência”.

Assim sendo, observa-se que dentre os respondentes, as pessoas de 35 a 45 anos tendem a usar as demonstrações contábeis com frequência intermediária, enquanto as pessoas de 45 a 60 anos e acima deste, inclusive, tendem a usar com muita frequência. Curiosamente, os mais jovens tendem a usar menos as demonstrações contábeis no seu processo decisório. É um resultado intrigante, dado que sugere que a idade interfere na proporção do uso das demonstrações contábeis.

5.2.3 Questão 5 com Questão 6 - ANACOR

Ao proceder ao uso da ANACOR combinando a questão 5 com a questão 6, verifica-se que na criação do mapa perceptual com 2 dimensões, estas explicaram 100,0% da inércia total, sendo que a primeira dimensão explicou 74,5% da inércia total, dando indícios de que a dimensão 1 é mais importante para explicar o comportamento dos dados.

Procedendo à análise dos escores das linhas, temos:

Tabela 16 - Questão 5 com Questão 6 – Escores das Linhas

Questão 5	Massa	Escore na dimensão 1	Escore na dimensão 2	Inércia	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 1	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 2
“Uso com Baixíssima Frequência”	0,074	-0,627	-0,354	0,015	0,068	0,037
“Uso com Baixa Frequência”	0,111	-0,072	1,410	0,056	0,001	0,880
“Uso com Frequência Intermediária”	0,315	-0,811	-0,168	0,091	0,483	0,035
“Uso com Muita Frequência”	0,500	0,620	-0,155	0,085	0,448	0,048
Total	1,000			0,247	1,000	1,000

Verifica-se que em termos da variável linha, os respondentes que usam as demonstrações financeiras com frequência intermediária são os que mais contribuíram para a inércia da primeira dimensão (48,3%), enquanto que os que usam com baixa frequência são os que mais contribuíram para a inércia da dimensão 2 (88,0%).

Fazendo serviço análogo para os escores das colunas, temos:

Tabela 17 - Questão 5 com Questão 6 – Escores das Colunas

Questão 6	Massa	Escore na dimensão 1	Escore na dimensão 2	Inércia	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 1	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 2
“Pouquíssimo Satisfeito (a)”	0,000	-	-	-	-	-
“Pouco Satisfeito (a)”	0,333	-0,002	0,709	0,42	0,000	0,667
“Indiferente”	0,296	-0,896	-0,356	0,111	0,554	0,149
“Muito Satisfeito (a)”	0,370	0,718	-0,353	0,094	0,446	0,184
“Muitíssimo Satisfeito (a)”	0,000	-	-	-	-	-
Total	1,000			0,247	1,000	1,000

Por sua vez, em termos da variável coluna, os respondentes que disseram estar indiferente no tocante ao grau de satisfação com as notas explicativas foram os que mais contribuíram para a inércia da dimensão 1 (55,4%), enquanto os que se declararam pouco satisfeitos foram os que mais contribuíram para a dimensão 2 (66,7%).

O mapa perceptual ficou assim determinado:

Gráfico 2 - Questão 5 com Questão 6 – Mapa Perceptual

Visando a não poluir o gráfico com longas assertivas, vamos utilizar a seguinte notação para a questão 5:

- Assertiva 1: “Uso com baixíssima frequência”;
- Assertiva 2: “Uso com baixa frequência”;
- Assertiva 3: “Uso com frequência intermediária”;
- Assertiva 4: “Uso com muita frequência”.

Para a questão 6, temos a seguinte notação:

- Assertiva 1: “Pouquíssimo Satisfeito (a)”;
- Assertiva 2: “Pouco Satisfeito (a)”;
- Assertiva 3: “Indiferente”;
- Assertiva 4: “Muito Satisfeito (a)”;
- Assertiva 5: “Muitíssimo Satisfeito (a)”;

Analisando o mapa perceptual, percebe-se que quem já usa muito as demonstrações contábeis já se encontra muito satisfeito com as notas explicativas, enquanto que quem usa com baixa frequência se encontra pouco satisfeito. Esses resultados podem trazer indícios de que talvez as pessoas já usem com baixa frequência as demonstrações financeiras devido a uma possível baixa satisfação com as mesmas.

Entretanto, a tabela de contingência da questão com a questão 6 revela importantes aspectos para a análise:

Tabela 18 - Tabela de Contingência em frequência absoluta-Questão 5 com Questão 6

	Questão 6: “Pouco Satisfeito (a)”	Questão 6: “Indiferente”	Questão 6: “Muito Satisfeito (a)”	Total
Questão 5: “Uso com baixíssima frequência”;	1	2	1	4
Questão 5: “Uso com baixa frequência”	4	1	1	6
Questão 5: “Uso com frequência intermediária”	5	9	3	17
Questão 5: “Uso com muita frequência”	8	4	15	27
Total	18	16	20	54

Como se percebe, em termos absolutos, o número de pessoas que usam as demonstrações financeiras com muita frequência e estão pouco satisfeitas com as notas explicativas é maior em relação aqueles que usam com baixa frequência e estão pouco satisfeitos. Assim sendo, mesmo que a ANACOR indique uma associação entre quem usa com baixa frequência e está pouco satisfeito com as notas explicativas, ainda há um perceptual grande de quem as usa em maior quantidade e ainda assim se encontra insatisfeito. Isso implica que há indícios de um certo descontentamento com as notas explicativas atuais.

5.2.4 Questão 5 com Questão 9 - ANACOR

Ao proceder ao uso da ANACOR combinando a questão 5 com a questão 6, verifica-se que na criação do mapa perceptual com 2 dimensões, estas explicaram 87,8% da inércia total, sendo que a primeira dimensão explicou 51,7% da inércia total, dando indícios de que a dimensão 1 é mais importante para explicar o comportamento dos dados.

Analisando o escore das linhas:

Tabela 19 - Questão 5 com Questão 9 – Escores das Linhas

Questão 5	Massa	Escore na dimensão 1	Escore na dimensão 2	Inércia	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 1	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 2
“Uso com Baixíssima Frequência”	0,074	1,953	-0,216	0,154	0,592	0,009
“Uso com Baixa Frequência”	0,111	-0,756	-1,605	0,146	0,133	0,718
“Uso com Frequência Intermediária”	0,315	0,422	-0,110	0,058	0,118	0,010
“Uso com Muita Frequência”	0,500	-0,387	0,458	0,082	0,157	0,263
Total	1,000			0,440	1,000	1,000

Por aqui, nota-se que em termos da variável linha, que os respondentes que usam as demonstrações financeiras com baixíssima frequência foram os que mais contribuíram para a inércia da primeira dimensão (59,2%), enquanto que os que usam com baixa frequência foram os que mais contribuíram para a inércia da segunda dimensão (71,8%).

Por sua vez, analisando o escore das colunas:

Tabela 20 - Questão 5 com Questão 9 – Escores das Colunas

Questão 9	Massa	Escore na dimensão 1	Escore na dimensão 2	Inércia	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 1	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 2
Assertiva 1	0,019	-1,583	-4,028	0,148	0,097	0,754
Assertiva 2	0,093	1,829	-0,098	0,162	0,649	0,002
Assertiva 3	0,667	0,035	-0,074	0,19	0,002	0,009
Assertiva 4	0,037	-0,812	1,150	0,037	0,051	0,123
Assertiva 5	0,185	-0,719	0,489	0,074	0,201	0,111
Total	1,000			0,440	1,000	1,000

Visando a não poluir a tabela, adotou-se a seguinte notação:

- Assertiva 1: “Se a informação vai exigir muito tempo para que eu a decodifique, não gasto tempo com ela, independente da relevância da mesma”;
- Assertiva 2: “Raramente gasto muito tempo com as notas explicativas”;
- Assertiva 3: “Somente gasto esse tempo se julgar a nota explicativa como sendo impreterível para meu processo de tomada de decisão”;
- Assertiva 4: “Somente gasto esse tempo se estiver pouco atarefado no momento.”;
- Assertiva 5: “Sempre gasto o tempo que for necessário para qualquer nota explicativa”.

Assim sendo, verifica-se que os usuários que responderem a assertiva 2 foram os que mais contribuíram para a inércia da dimensão 1 (64,9%), enquanto que os que responderam a assertiva 1 foram os que mais contribuíram para a dimensão 2.

Procedendo a elaboração do mapa perceptual:

Gráfico 3 - Questão 5 com Questão 9 – Mapa Perceptual

Vamos utilizar as seguintes notações referentes à questão 5 e as já definidas para a questão 9:

- Assertiva 1: “Uso com baixíssima frequência”;
- Assertiva 2: “Uso com baixa frequência”;
- Assertiva 3: “Uso com frequência intermediária”;
- Assertiva 4: “Uso com muita frequência”.

Com isso, verifica-se que há uma associação entre quem usa com baixíssima frequência as demonstrações financeiras com a assertiva 1 da questão 9. De modo análogo, quem usa as demonstrações com maior frequência tendem a gastar o tempo que for necessário para decodificar uma nota explicativa. Contudo, conforme visto na seção de análise descritiva referente à questão 9, somente 10 pessoas garantiram que gastam o tempo que for necessário para decodificar uma nota explicativa. Por sua vez, 36 pessoas responderam que só gastam esse tempo se julgarem a nota explicativa como sendo impreterível para sua tomada de decisão. Logo, não há como rejeitar a hipótese de que há indícios de que possam existir custos

de transação (COASE, 1991) relativamente altos quando da decodificação de notas explicativas, dado que essa seleção não necessariamente é feita de modo rápido ou trivial. Adicionalmente, o excesso de informações pode conduzir à dificuldade na seleção de dados, o que poderia gerar grandes custos de transação ou até mesmo a ineficiências que poderiam interferir no estabelecimento de contratos futuros.

5.2.5 Questão 6 com Questão 9 - ANACOR

Ao proceder ao uso da ANACOR combinando a questão 5 com a questão 6, verifica-se que na criação do mapa perceptual com 2 dimensões, estas explicaram 100,0% da inércia total, sendo que a primeira dimensão explicou 68,3% da inércia total, dando indícios de que a dimensão 1 é mais importante para explicar o comportamento dos dados.

No tocante ao escore das linhas, temos:

Tabela 21 - Questão 6 com Questão 9 – Escores das Linhas

Questão 6	Massa	Escore na dimensão 1	Escore na dimensão 2	Inércia	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 1	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 2
“Pouquíssimo Satisfeito (a)”	0,000	-	-	-	-	-
“Pouco Satisfeito (a)”	0,333	0,052	-0,816	0,075	0,002	0,665
“Indiferente”	0,296	-0,983	0,367	0,154	0,584	0,119
“Muito Satisfeito (a)”	0,370	0,740	0,441	0,124	0,414	0,216
“Muitíssimo Satisfeito (a)”	0,000	-	-	-	-	-
Total	1,000			0,352	1,000	1,000

Verifica-se que em termos da variável linha, os respondentes que se demonstraram indiferentes com o grau de satisfação atribuído às notas explicativas foram os que mais contribuíram com a inércia da dimensão 1 (58,4%). Por sua vez, quem se declarou pouco satisfeito foram os que mais contribuíram para a inércia da dimensão 2 (66,5%).

Por sua vez, analisando os escores das colunas, encontramos:

Tabela 22 - Questão 6 com Questão 9 – Escores das Colunas

Questão 9	Massa	Escore na dimensão 1	Escore na dimensão 2	Inércia	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 1	Contribuição do Ponto para a Inércia da Dimensão 2
Assertiva 1	0,019	0,105	-2,443	0,037	0,000	0,331
Assertiva 2	0,093	-1,303	1,142	0,117	0,321	0,362
Assertiva 3	0,667	-0,208	-0,217	0,025	0,059	0,094
Assertiva 4	0,037	0,808	-0,561	0,016	0,049	0,035
Assertiva 5	0,185	1,229	0,568	0,157	0,571	0,179
Total	1,000			0,352	1,000	1,000

Visando a não poluir a tabela, adotou-se a seguinte notação:

- Assertiva 1: “Se a informação vai exigir muito tempo para que eu a decodifique, não gasto tempo com ela, independente da relevância da mesma”;
- Assertiva 2: “Raramente gasto muito tempo com as notas explicativas”;
- Assertiva 3: “Somente gasto esse tempo se julgar a nota explicativa como sendo impreterível para meu processo de tomada de decisão”;
- Assertiva 4: “Somente gasto esse tempo se estiver pouco atarefado no momento.”;
- Assertiva 5: “Sempre gasto o tempo que for necessário para qualquer nota explicativa”.

Logo, verifica-se que em termos da variável coluna, os respondentes da assertiva 2 foram os que mais contribuíram a inércia da primeira dimensão (32,1%) e da dimensão 2 (36,2%).

Procedendo ao mapa perceptual:

Gráfico 4 - Questão 6 com Questão 9 – Mapa Perceptual

Vamos utilizar as seguintes notações referentes à questão 6 e as já definidas para a questão 9:

- Assertiva 1: “Pouquíssimo Satisfeito (a)”;
- Assertiva 2: “Pouco Satisfeito (a)”;
- Assertiva 3: “Indiferente”;
- Assertiva 4: “Muito Satisfeito (a)”;
- Assertiva 5: “Muitíssimo Satisfeito (a)”;

Aqui, verifica-se um importante aspecto. Percebe-se associação entre quem se encontra pouco satisfeito com as notas explicativas e o fato deles gastarem o tempo que for necessário para decodificar uma nota explicativa somente se estiverem com o tempo livre, isto é, quem não necessariamente possui muito tempo para analisar uma nota explicativa está bem associado com quem se encontra pouco satisfeito com a qualidade das notas explicativas. Logo, pode-se concluir que se o custo de transação (COASE, 1991) for alto para decodificar uma nota explicativa, podem haver indícios de que isso está próximo de descontentamento para com a

informação financeira divulgada, o que pode fazer com que o custo de estabelecimento de novos contratos possa ser mais oneroso.

5.3.6 HOMALS

Procedendo a execução da HOMALS, verifiquemos quais variáveis foram mais importantes para cada dimensão. Para isso, temos as seguintes medidas de discriminação:

Tabela 23 - Medidas de Discriminação

	Dimensão 1	Dimensão 2
Sexo	0,360	0,048
Idade	0,401	0,257
Formação	0,396	0,300
Profissão	0,279	0,173
Questão 5	0,478	0,410
Questão 6	0,238	0,401
Questão 7	0,344	0,133
Questão 8	0,324	0,290
Questão 9	0,447	0,480

Por aqui, vemos que a Questão 9 é a que melhor discrimina nas duas dimensões, demonstrando que a relação com que cada respondente reage à situações onde há um grande custo de transação é o melhor discriminador entre os mesmos.

Temos, então, o seguinte mapa perceptual, onde cada número indica o respondente e sua colocação no mesmo:

Gráfico 5- Mapa Perceptual da HOMALS pelo Número do Respondente

Por aqui, poderíamos tentar ensaiar a construção de alguns conglomerados. Por exemplo:

- Conglomerado 1: Respondente número 2
- Conglomerado 2: Respondentes números 12, 7, 25, 45, 8, 6 e 4
- Conglomerado 3: Respondentes números 46, 43, 42, 47, 26, 40, 19, 33, 44, 39, 20
- Conglomerado 4: Demais respondentes.

Apesar de tudo, não há nenhuma característica comum marcante entre esses grupos.

Para vermos isso, poderíamos nomear essa HOMALS por diferentes características, como por exemplo:

Gráfico 6 - Mapa Perceptual da HOMALS pelo Sexo

Gráfico 7 - Mapa Perceptual da HOMALS pela Idade

Gráfico 8 - Mapa Perceptual da HOMALS pela Formação

Gráfico 9 - Mapa Perceptual da HOMALS pela Profissão

Poucos padrões puderam ser identificados com base nessa HOMALS. Não se identificou agrupamentos por sexo, idade, formação e profissão.

5.4 Análise de Conteúdo

Conforme discutido, a questão 10 era optativa e perguntava se algum respondente sugeria algo para melhorar as notas explicativas. Da amostra total, 12 pessoas fizeram sugestões que estão literalmente transcritas abaixo:

1. “As notas hoje são uma verdadeira aula de contabilidade. Penso que elas deveriam ser claras e não serem repetitivas”;
2. “Checar sempre e com cuidado o que pode ser considerado excessivo, para eliminá-lo”;
3. “Menos páginas”;
4. “Que sejam mais sucintas, que procurem mostrar com clareza o assunto, a conta, a ser mostrada ou dissecada”;
5. “Redução da quantidade de notas, abolindo aquelas de caráter óbvio e objetiva, que não interfiram na análise das mesmas”;
6. “Que sejam mais objetivas e acessíveis a usuários com perfis diferentes”;
7. “Notas explicativas de fator K mais sintéticas. Sem perda de conteúdo”;
8. “Que seja posto o relevante para o momento e futuro”;
9. “Incluir uma nota com as mudanças ocorridas no período e seu efeito nas demonstrações financeiras”;
10. “Não deveriam existir aquelas cujo conhecimento contábil consegue “ver” a informação através da evidenciação das demonstrações financeiras”;
11. “Sintetizar as informações, reduzindo a quantidade e aumentando a qualidade, ou seja, torná-las mais objetivas”;
12. “Mais informações objetivas (tabelas, etc.) e menos texto (justificativas, etc.). Outro aspecto: o relatório da administração deveria ser mais enfatizado, inclusive com a recomendação de aspectos que deveriam ser abordados”.

Como se observa, exceção feita à sugestão número 9 que ressalta um possível problema de informação incompleta (LOPES, 2008), todas as demais expressaram certa preocupação com os custos de transação associados à decodificação das notas explicativas. Isso implica que há

indícios de que estes possam estar elevados, o que poderia levar a ineficiências no estabelecimento de contratos futuros.

6 CONCLUSÕES

Esta dissertação buscou responder ao seguinte problema de pesquisa:

“Há indícios de que notas explicativas das demonstrações financeiras que sejam menos compreensíveis, na visão de profissionais de investimento, conduzem a custos de transação maiores no estabelecimento de contratos?”.

Para tanto, foram submetidos questionários aos congressistas do 22º Congresso APIMEC por ser um evento que congregava os atores sociais que se buscou estudar. No total, 54 pessoas responderam ao questionário proposto. Não se conseguiu estabelecer relações entre sexo, idade, formação e profissão com os custos de transação (COASE, 1937) associados ao processo de decodificação de notas explicativas.

Contudo, foram obtidas evidências quando da análise descritiva, análise por meio da ANACOR e HOMALS e análise de conteúdo de que existem indícios de que o processo de decodificação das notas explicativas pode estar associado a um grande dispêndio de tempo, o que aumentaria o custo de transação.

Sob a situação de tempo escasso e um grande custo de decodificação das notas explicativas, pode-se conjecturar que algumas análises estejam sendo feita de modo ineficiente, o que poderia conduzir a ineficiências no estabelecimento de contratos futuros.

Exceção feita a um breve apontamento que demonstra um problema de informação incompleta, verifica-se indícios de que há excesso de informações e não falta das mesmas, o que conduziria a problemas de informação imperfeita e não de informação incompleta (LOPES, 2008).

O trabalho apresenta limitações. Indubitavelmente, devem-se ressaltar duas já comentadas anteriormente:

- A ANACOR e a HOMALS não permitem que sejam feitas inferências para além da amostra estudada, isto é, se um novo indivíduo fosse adicionado, o modelo precisaria ser recalculado;

- Problemas típicos das ciências humanas citadas por Verhaeghe *et al.* (2010) e comentadas anteriormente.

Espera-se que futuros trabalhos possam contornar esses problemas e levantar novos pontos à questão a ser debatida. Afinal, como Iudícibus (2007) comenta: o objetivo principal da contabilidade é fornecer informação econômica, física, de produtividade e social relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança. Se não nos atentarmos a isso e não considerarmos a opinião dos usuários que utilizam as informações financeiras divulgadas para o seu processo de tomada de decisão, há o risco de fazer a contabilidade como um fim e si mesmo, o que seria altamente indesejável.

7 REFERÊNCIAS

ADELBERG, Arthur Harris. *A methodology for measuring the understanding of financial reporting messages*. **Journal of accounting Research**. Chicago, v. 17, n. 2, p. 656-592, autumn, 1979.

ALMEIDA, Reginaldo Sena de; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Mensuração das Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis, sob a ótica dos Profissionais de Investimentos. In: SEMEAD, 13, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/996.pdf>>. Acesso em: 25/07/2011.

ANDERSON, David R. *et al.* **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS. Disponível em: <<http://www.apimec.com.br/apimec/default.aspx>>. Acesso em: 01/07/2012.

BALATA, Pascal; BRETON, Gaétan. *Narratives vs numbers in the annual report: are they giving the same message to the investors?*. **Review of Accounting & Finance**. Chicago, v. 4, n. 2, p. 5-25, 2005.

BALL, Ray. *Infrastructure requirements for an economically efficient system of public financial reporting and disclosure*. In: LITAN, Robert E.; HERRING Richard. **Brooking-Wharton papers on financial services**. Massachusetts: Brookings, 2001.

BARTH, Mary E. *et al.* *The relevance of value relevance literature for financial accounting standard setting: another view*. **Journal of Accounting and Economics**, 31, p.77-104, 2001.

BEEST, Fred. *et al* *Quality of Financial Reporting: measuring qualitative characteristics*. 2009. 40 p. **Working Paper 09-108**. Radboud University Nijmegen, 2009.

BERTALANFFY, Ludwig V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC n. 1055/05, de 24/10/2005. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm>. Acesso em: 25/07/2011.

CASTRO, C. de M. A Escolha do Tema. In: CASTRO, C. de M. **A Prática da Pesquisa**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil. 1978.

COASE, Ronald H., *The nature of the firm*, **Economica**, v. 4, p. 386-405, 1937.

_____. *The institutional structure of production*. In: **American Economic Review**, 82, 1991. P. 713-719.

COFFEE, John. C. *A Theory of Corporate Scandals: Why the U.S. and Europe Differ*. **Columbia Law and Economics** Working Paper No. 274. March, 2005. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=694581>>. Acesso em: 25/07/2011.

COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Avaliação do capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 85-101, maio/ago.2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Emitido em: 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 25/07/2012.

DIAS FILHO, José Maria. **Características qualitativas da informação contábil: o problema da compreensibilidade à luz da teoria semiótica e da comunicação**. São Paulo, 2001. Dissertação (mestrado), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

DIAS FILHO, José Maria; NAKAGAWA, Masayuki. Análise do processo da comunicação contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação. **Revista de Contabilidade & Finanças da USP**. São Paulo, v. 15, n. 26, p. 42-57, maio/ago. 2001.

_____. Reflexões sobre a dimensão semiótica da análise de balanços: uma contribuição à otimização de decisões de crédito. *In*: ENCONTRO DA ANPAD – ENANPAD, 6, 2002. Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 01/12/2012.

DIJK, Teun A. van. *Critical Discourse Analysis*. *In*: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (Coord.). ***The Handbook of Discourse Analysis***. Blackwell Publishing Ltd, 2003.

FÁVERO, Luiz Paulo *et al.* **Análise de Dados: Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – FASB. **SFAC 1 – Objectives of financial reporting by business enterprises**. Emitido em: 2008.

_____. **SFAC 2 – Qualitative Characteristics of Accounting Information**. Emitido em: 2008.

_____. **SFAC 8 – Conceptual Framework for Financial Reporting**. Emitido em: setembro 2010.

FORRESTER, Jay W. *System Dynamics and the Lessons of 35 Years*. Massachusetts, MIT, 1991.

GLASER, B.; STRAUSS, A. L. ***The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research***. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara. **Uma Incursão pela Abordagem de Pesquisa em Contabilidade no Brasil Fundamentada em Teorias Semióticas e da Comunicação**. São Paulo, 2010. Dissertação (mestrado), Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GUTHRIE, Art. *Modern semantics can help accounting*. **Journal of Accountancy** (pre-1986). p. 56-63, jun. 1972.

GUTTMAN, L. *The quantification of a class of attributes: a theory and method of scale construction*. In: **The prediction of personal adjustment**, P. HORST *et al.* (Ed.) New York: Social Science Research Council, 1941.

HARIED, Andriew A. *The semantic dimension of financial of financial statements*. **Journal of Accounting Research**. Chicago, v. 10, n. 2, p. 376-391, autumn, 1972

_____. *Measurement of meaning in financial reports*. **Journal of Accounting Research**. Chicago, v. 11, n. 1, spring, 1973.

HIRSCH, Maurice L.; ANDERSON, Rob; GABRIEL, Susan. **Accounting & Communication**. Cincinnati, Ohio: South-Western Publishing Co, 1993.

HEDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLTHAUSEN, Robert W.; WATTS, Ross. *The Relevance of the Value Relevance Literature for Financial Accounting Standard Setting*. **Journal of Accounting and Economics**, Vol 31. No. 1 –3, p. 3-76, September, 2001. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=228950>>. Acesso em: 25/07/2011

HORNGREN, C. T. **Accounting for management control**. Englewood Cliffs. NJ: Prentice-Hall, 1974.

IJIRI, Yuji. **Theory of accounting measurement**. Sarasota, Fla: American Accounting Association, 1975.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB. **Conceptual Framework**. Projects: Work plan for IFRS, 2009.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE – IASC. **Framework for the preparation and presentation of financial statements**. Emitido em: abril 1989. Adotado pelo IASB em: abril 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*. **Journal of Financial Economics**, v.3, n.4, 1976. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=94043>>. Acesso em: 25/07/2011.

JENSEN, Michael C. *Value Maximization, Stakeholder Theory, and the Corporate Objective Function*. **Journal of Applied Corporate Finance**, v. 14, n. 3, p. 8-21, Fall, 2001.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. 6 ed. Upper Saddle River: Pearson Education, 2007.

KERLINGER, Fred N. Problemas, hipóteses e variáveis. In: KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1991.

KÖCHE, J. C.; Ciência e Método: Uma Visão Histórica. In: KÖCHE, J. C.; **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOPES, Alexsandro Broedel. A Teoria dos Contratos, Governança Corporativa e Contabilidade. In: IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro Broedel (Coord). **Teoria Avançada da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade – Uma Nova Abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Gilberto A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Gilberto A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATALLO JUNIOR, Heitor. A Explicação Científica. In: CARVALHO, M. C. M. de. (Coord). **Construindo o saber. Metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 4. ed. Campinas: Papirus. 1994.

_____. A Problemática do Conhecimento. In: CARVALHO, M. C. M. de. (Coord). **Construindo o saber. Metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 4. ed. Campinas: Papirus. 1994.

MAXIMIANO, Antonio C. A. **Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MCCARTHY, Michael. *Discourse Analysis for Language Teachers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MINGOTI, S.A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MORRIS, Charles. *Signs, language and behavior*. New York: Prentice Hall, 1946.

_____. **Fundamentos da teoria dos signos**. Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

NOBES, Christopher. Towards a General Model of the Reasons for International Differences in Financial Reporting. In: **ABACUS**, v. 34, n. 2, p. 162-187, 1998.

OLIVER, Bruce L. *The semantic differential: a device for measuring the interprofessional communication of selected accounting concepts*. **Journal of Accounting Research**. Chicago, v. 2, n. 2, p. 299-316, autumn, 1974.

OBAIDAT, Ahmad N. *Accounting Information Qualitative Characteristics Gap: Evidence from Jordan*. **International Management Review**, v. 3, n. 2, 2007.

RIABI-BELKAOU, Ahmed. *The linguistic shape of accounting*. London: Quorum Books, 1995.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos: Como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Pioneira, 2000.

_____. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Thompson Learning, 2002.

SUNDER, Shyam. *Theory of accounting and control*. Cincinnati, Ohio: South-Western College Publishing, 1997.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VERHAEGHE, Jean-Claude *et al.* O saber nas ciências humanas. In: VERHAEGHE, Jean-Claude *et al.* **Praticar a Epistemologia – Um Manual de Iniciação para Professores e Formadores**. São Paulo: Loyola, 2010

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionário Aplicado

Apêndice 1 – Questionário Aplicado

Questionário para Dissertação de Mestrado da FEA/USP – Complexidade das Notas Explicativas

Aos congressistas do 22º Congresso Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais).

Solicito sua colaboração no preenchimento do questionário a seguir, assinalando com um X para sua opção de resposta. Os dados serão utilizados somente para fins científicos e trabalhados estatisticamente. Os resultados finais serão disponibilizados a todos os interessados por meio da dissertação final do meu curso de mestrado e da Apimec.

Agradeço desde já sua atenção. Cordialmente,

Roberto Bomgiovani Cazzari, mestrando em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

1. Sexo: Masculino () Feminino ()

2. Idade:

Até 25 anos	De 25 até 35 anos	De 35 até 45 anos	De 45 até 60 anos	Acima de 60 anos

3. Formação:

Administrador (a) de Empresas	Economista	Contador (a)	Engenheiro (a)	Outras

4. Profissão:

Analista de Mercado de Capitais	Investidor (a)	Executivo (a) de outros setores	Membro da Academia (incluindo estudantes)	Outros

5. Em que grau você usa as demonstrações financeiras para tomar suas decisões?

Não uso em momento algum	Uso com baixíssima frequência	Uso com baixa frequência	Uso com frequência intermediária	Uso com muita frequência

Caso tenha respondido o item “Não uso em momento algum”, favor não responder os itens seguintes.

6. Grau de Satisfação atual com as notas explicativas:

Pouquíssimo Satisfeito (a)	Pouco Satisfeito (a)	Indiferente	Muito Satisfeito (a)	Muitíssimo Satisfeito (a)

7. Qual é seu grau de concordância com a seguinte frase:

“As notas explicativas atuais são muito grandes, sendo que há um excesso de informações onde poucas são usadas em minhas decisões”.

Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo, nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente

8. Qual é seu grau de concordância com a seguinte frase:

“As notas explicativas atuais exigem muito conhecimento técnico para que eu as entenda”.

Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo, nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente

9. Se a nota explicativa exigir muito tempo para que ela seja entendida, seja devido à quantidade de leitura ou às questões técnicas, você mesmo assim gasta seu tempo buscando entendê-la?

Se a informação vai exigir muito tempo para que eu a decodifique, não gasto tempo com ela, independente da relevância da mesma	Raramente gasto muito tempo com as notas explicativas	Somente gasto esse tempo se julgar a nota explicativa como sendo impreterível para meu processo de tomada de decisão	Somente gasto esse tempo se estiver pouco atarefado no momento.	Sempre gasto o tempo que for necessário para qualquer nota explicativa

10. Você sugere alguma melhoria para as notas explicativas? Caso positivo, escreva abaixo sua(s) sugestão(ões).

Observação: As mesmas serão apreciadas mantendo-se o anonimato.